

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Letícia Maria Vieira

**O espaço público em foco: um estudo dos conflitos na Cidade Universitária
por intermédio dos periódicos Jornal do Campus e USP Destaques**

Versão Corrigida

**São Paulo
2015**

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Letícia Maria Vieira

**O espaço público em foco: um estudo dos conflitos na Cidade Universitária
por intermédio dos periódicos Jornal do Campus e USP Destaques**

Trabalho de Graduação individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Ramos Hospodar Felippe Valverde.

Versão Corrigida

**São Paulo
2015**

Nome: VIEIRA, Letícia Maria

Título: O espaço público em foco: um estudo dos conflitos na Cidade Universitária por intermédio dos periódicos Jornal do Campus e USP Destaques

Trabalho de Graduação individual apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Ramos Hospodar Felippe Valverde.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo R. H. F. Valverde (orientador) Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Fabio Bettioli Contel Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Ricardo Mendes Antas Jr. Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A minha mãe.

Agradecimentos

- Agradeço a FAPESP, pela bolsa de iniciação científica que originou esse trabalho.

- Agradeço especialmente ao Profº Drº Wilson Barbosa do Nascimento e ao Apoena C. Cosenza, mas também a todos do Laboratório de Economia Política e História Econômica da USP (LEPHE – USP).

- Agradeço aos amigos, que das formas mais variadas ajudaram e me incentivaram. Também agradeço a minha família, em especial a meu irmão, Rodolfo, e minha vó, Anunciata, por todo o suporte ao longo desses anos.

- Agradeço ao meu orientador, por sempre me incentivar a achar a tal da linha central.

Resumo

VIEIRA, Letícia M. **O espaço público em foco: um estudo dos conflitos na Cidade Universitária por intermédio dos periódicos Jornal do Campus e USP Destaques.** Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

O presente trabalho discutiu a relação entre os interesses dos estudantes e da reitoria nos espaços públicos da USP. Para isso, foram utilizados os conceitos de nomoespaço e genoespaço, desenvolvidos por Paulo Cesar da Costa Gomes, e de Espaço Público. A reitoria foi identificada como um nomoespaço, pois ela é regida por leis estáveis e logicamente justificadas, além de possuir um território. Já os estudantes foram identificados como genoespaços, pois eles são compostos por diversos grupos que se formam segundo diversos fatores e não tem um território fixo. Assim, o tema é pertinente a Geografia, pois discute o espaço e as suas apropriações, mediante uma análise crítica da sociedade e do que ela constrói. Neste caso, o objetivo do trabalho foi responder a seguinte questão: “Até que ponto os interesses dos estudantes e da reitoria convergem ou divergem, gerando ou não disputas e mudanças no uso dos espaços públicos na USP?”

Palavras-Chave: Espaço Público, Universidade de São Paulo, disputas espaciais.

Abstract

VIEIRA, Letícia M. **The public space into focus : a study of conflicts in University City through the newspapers Jornal do Campus and USP Destaque**s. Trabalho de Graduação Individual – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This paper discussed the relationship between the interests of students and the rectorate in public spaces of USP. The following concepts were used: (a) nomoespaço and genoespaço, developed by Paulo Cesar da Costa Gomes; and (b) Public Space. The rectorate was identified as a nomoespaço because it is governed by stable and logically justified laws, besides having a territory. Students were identified as genoespaços because they are composed of diverse groups that are formed according to various factors and has no fixed territory. So the theme is relevant to geography, because it discusses space and its appropriation by a critical analysis of society and what it builds. In this case, the objective was to answer the following question: "To what extent the interests of students and the rectorate converge or diverge, generating or not disputes and changes in the use of public spaces at USP?"

Keywords : Public Space , University of São Paulo, spatial disputes

Sumário

Introdução.....	9
I. Alguns pontos relevantes sobre a história da USP.....	11
II. Sobre as edições do USP Destaques e como foram classificadas.....	19
III. Sobre as edições do Jornal do Campus e como foram classificadas.....	20
IV. Sobre os dados do orçamento e como foi feito o perfil cíclico.....	23
Capítulo 1: Da esfera pública e do espaço público ao nomoespaço e genoespaço.....	26
1.1 A esfera pública e a publicidade: Hannah Arendt e Jürgen Habermas.....	27
1.2 As diferentes perspectivas geográficas sobre o espaço público.....	37
Capítulo 2: Princípios para a organização do espaço da USP entre 2010 e 2013.....	45
2.1 A USP e algumas reflexões sobre seu orçamento.....	46
2.2 O nomoespaço da USP sob a gestão Rodas: uma visão geral pelo USP Destaques.....	49
2.3 Análise qualitativa do momento um: de 2010 a 2011.....	55
2.4 Análise qualitativa do momento dois: de 2012 a 2013.....	60
Capítulo 3 - A USP sob as percepções do genoespaço.....	64
3.1 Análises quantitativas com base no Jornal do Campus.....	64
3.2 Algumas considerações sobre a organização dos estudantes.....	72
3.3 Relação entre estudantes e reitoria no período um: de 2010 a 2011.....	74
3.4 Relação entre estudantes e reitoria no período dois: de 2012 a 2013.....	78
Capítulo 4: Considerações finais.....	81
Referências.....	85
Anexo 001: Organograma Geral da Universidade de São Paulo.....	89
Anexo 002: Organograma da reitoria da USP.....	89
Anexo 003: Organograma Geral das Unidades de Ensino e Pesquisa.....	90

Introdução

O espaço público é um espaço tipicamente urbano, onde as práticas realizadas em seu interior mudaram ao longo da história. Atualmente, o vemos como um espaço dedicado a livre apropriação, ao mesmo tempo em que está submetido a um sistema normativo. Essa contradição é intrínseca ao conceito. Assim, ao mesmo tempo em que ele se coloca como o espaço da discussão política, ele também pode ser o espaço da festa: o espaço da livre manifestação para uns ou do cerceamento para outros. As diferentes linhas teóricas enfatizam um ou mais aspectos dessa contradição, dando novos contornos e focos para o conceito.

Neste trabalho, temos como cerne uma interpretação do espaço público como o lócus de uma disputa entre dois projetos: um normativo institucional e outro mais orgânico. Ambos irão disputar o espaço tanto no âmbito físico, quanto no âmbito legislativo. Assim, escolhemos os jornais e outras fontes escritas como principal meio de análise, pois julgamos que essas fontes garantiram a publicidade desses projetos e conflitos. Assumimos a ideia de publicidade baseada nas teorias de Jürgen Habermas¹. De forma simplificada, seria essa publicidade a responsável por estimular o debate político no espaço público.

Centramos nossa análise no espaço da Cidade Universitária Armando Sales de Oliveira, conhecida também como o *campus* Butantã da Universidade de São Paulo (USP). Além de ser um ambiente acadêmico, voltado para a pesquisa e o aprendizado, o espaço também é um ambiente público usado para diversos fins de lazer. Sendo assim, há múltiplas interações entre os diversos agentes que atuam na sociedade. Porém, neste trabalho, estudamos com mais detalhes as relações entre estudantes e reitoria, relacionando com a dimensão mais política do espaço público. Ainda, analisamos o período de 2010 a 2013, pois essa questão se atrelou fortemente aos usos dos espaços na USP.

Destacamos o uso de dois conceitos auxiliares para compreender o que é a reitoria e os estudantes e a sua relação com o espaço. São os conceitos de nomoespaço e genoespaço desenvolvidos por Paulo Cesar da Costa Gomes². A

1 Para mais detalhes ver o capítulo 1 neste trabalho.

2 Sobre o tema ver: GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A Condição Urbana – Ensaios de Geopolítica da cidade*. Brasil: editora Bertrand, 2002.

reitoria foi identificada como um nomoespaço (um espaço com regras fixas), pois ela é regida por leis estáveis e logicamente justificadas, além de possuir um território. Já os estudantes foram identificados como genoespaço (um espaço dos grupos, comunidades, entre outros). Na verdade, se tratam de genoespaços, pois são diversos grupos que se formam segundo diversos fatores e não têm um território fixo.

Logo, podemos estabelecer como objetivos deste trabalho: (1) observar as dinâmicas sobre o *campus* Butantã, enquanto espaço público, através da interação da reitoria com estudantes, principalmente entre 2010 e 2013; (2) compreender a percepção, no seio do debate político, sobre a normatização do espaço e o uso cotidiano e dinâmico do mesmo, principalmente pelo que foi publicizado nos jornais e outras fontes escritas; e (3) ver como os conceitos de genoespaço e nomoespaço podem ser utilizados para compreender esse contexto. Afim de cumprir o proposto, estruturamos este trabalho da seguinte forma:

Esta introdução, que visou apresentar alguns aspectos metodológicos importantes. A primeira parte dela foi destinada a incorporar fatos relevantes da história da Universidade de São Paulo (USP) para esta pesquisa, situando o leitor sobre: (a) como ocorreu à estruturação da Universidade no campus Butantã e as transformações de relação com os habitantes da cidade de São Paulo; e (b) como funcionou sua estrutura burocrática no momento analisado. Especificamente, com o primeiro ponto pretendemos destacar algumas inquietações e reflexões. No segundo ponto pretendemos esclarecer possíveis dúvidas daqueles que não conhecem o funcionamento burocrático da Universidade.

Nas partes subsequentes da Introdução, apresentamos alguns dados a respeito da classificação dos documentos analisados. Nesse contexto, abordamos primeiro a classificação do USP Destaques e depois a classificação do Jornal do Campus. Além do significado de cada categoria, do período analisado e da metodologia para estabelecer os critérios de classificação, também justificamos a escolha desses meios como significativos para a pesquisa. Por fim, apresentamos algumas explicações acerca do método usado na confecção do gráfico do perfil cílico do orçamento da Universidade. Isso, pois embora o perfil cílico seja uma ferramenta muito utilizada na economia, ela não o é na Geografia. Assim, julgamos

apropriado colocar em detalhes os procedimentos de construção desse gráfico.

No capítulo 1, “Da esfera pública e do espaço público ao nomoespaço e genoespaço”, concentrarmos o debate teórico dos conceitos chaves deste trabalho. Elencamos algumas linhas teóricas que ao longo dos nossos estudos se apresentaram como possíveis aportes para respostas as questões propostas. Entretanto, não necessariamente elas foram suficientes para contemplar os resultados empíricos.

No capítulo 2, “Princípios para a organização do espaço da USP entre 2010 a 2013”, e no capítulo 3, “A USP sob as percepções do genoespaço”, desenvolvemos a parte empírica. Ela foi organizada de acordo com a linha teórica que consideramos mais adequada para o estudo do objeto. Dessa forma, a nossa apresentação só se explica dialeticamente: a reflexão sobre a teoria foi feita a luz dos dados empíricos e a reflexão destes a luz da teoria. Por conta disso, decidimos dividir o capítulo. Identificamos dois períodos distintos (2010-2011 e 2012-2013) e a leitura foi feita, inicialmente, com foco do nomoespaço e depois do genoespaço: essa foi uma divisão didática visando facilitar a leitura dos fatos.

I. Alguns pontos relevantes sobre a história da USP

A Universidade de São Paulo (USP) começou suas atividades em 1934, por meio do Decreto nº 6.283, de 25 de Janeiro de 1934 (Decreto 6283/34)³. Ele foi assinado por Armando de Salles Oliveira, Interventor Federal da época. Desde esse momento, ela foi considerada uma autarquia.

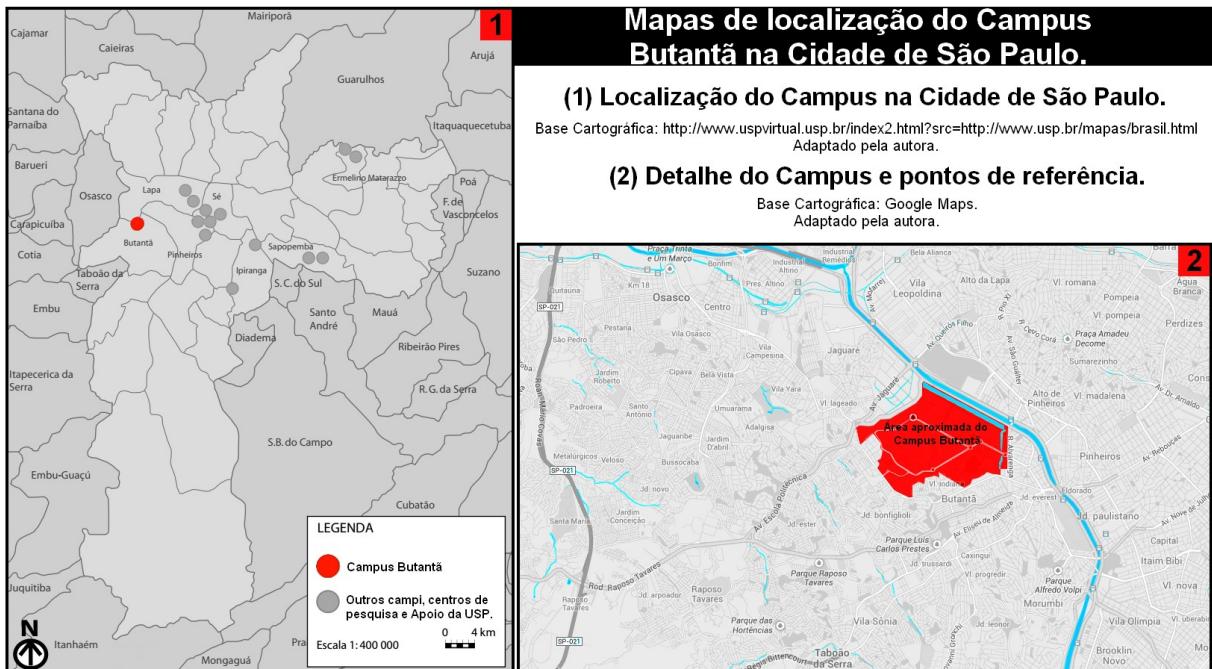
De 1934 a 1941, os cursos ficavam em prédios localizados em diversos lugares da cidade. Entretanto, em 1941⁴ adquiriu-se⁵ um terreno no bairro do Butantã para a criação da Cidade Universitária (ver: Mapa 001: Mapas de

3 Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/225246/decreto-6283-34-sao-paulo-sp> (Último acesso: 08\11\2014).

4 Disponível em: <http://www5.usp.br/institucional/a-usp/historia/linha-do-tempo/> (Último acesso: 08\11\2014).

5 Motoyama (2006) esclareceu que o desejo de construir o *campus* no bairro do Butantã era antigo. Porém, isso só foi concretizado durante a gestão do reitor Jorge Americano (gestão de 1941 a 1946). Isso coincidiu com o momento onde áreas pantanosas passaram a ser drenadas. Os 200 alqueires de terra foram negociados na gestão do governador Adhemar Pereira de Barros (gestão de 1963 a 1966). Os terrenos foram desapropriados e a indenização foi pago pelo governo. Essa aquisição foi considerada o primeiro patrimônio imobiliário da Universidade.

localização do Campus Butantã na Cidade de São Paulo). A partir de 1956 ela recebeu o nome de “Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira”, em homenagem ao interventor.



No começo, como destacou Adriana Mortara Almeida⁶, a criação da USP tinha um papel estratégico. Era uma iniciativa da elite econômica e política paulista em busca de poder. Num contexto onde o estado de São Paulo havia sido derrotado na Revolução de 1932, as elites locais tentavam transformar a política e trazer o poder de volta para si. Para isso, delineou-se como um dos objetivos fornecer intelectuais e trabalhadores para o país, pois havia a crença de que a arte de governar e o saber científico se relacionavam. Nas palavras de Almeida:

A USP surge como iniciativa da elite econômica e intelectual de São Paulo que desejava formar quadros para trazer novamente a liderança nacional para o Estado, ao mesmo tempo em que forneceria quadros intelectuais, técnicos e profissionais para a economia em ascensão. [...] Vários professores foram trazidos da Europa principalmente para a FFCL. A elite econômica e política preferiam as carreiras tradicionais – Direito, Engenharia – ou os estudos de orientação francesa – História, Sociologia. Os cursos de Ciências foram mais procurados por emigrantes e estudantes de fora da Capital e de outros estados. [...] Para Daniel Pécaut, as elites dirigentes acreditavam que a arte de governar relacionava-se ao saber científico: ‘A criação da Universidade de São Paulo, em 1934, dois anos

⁶ ALMEIDA, Adriana Mortara. *Museus e Coleções Universitários: Por que Museus de Arte na Universidade de São Paulo?*. Tese de doutorado pela Escola de Comunicação e Artes (Ciência da Informação e Documentação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001. P. 53 a 54.

após a derrota sofrida pelos paulistas em sua revolta armada contra o novo regime, faz parte do programa de transformação política mediante a constituição das novas elites.' (Pécaut, 1990:30)⁷

Apesar desse início como um projeto elitista, a Universidade ganhou outros contornos, principalmente devido à ação do movimento estudantil. Samir Perez Mortada⁸, ao longo de sua tese de doutorado, entrevistou pessoas que participaram do movimento estudantil do curso de psicologia da USP. Eles atuaram nas décadas de 1960 e 1970 e de 1980 e 1990. Por meio desses relatos e das análises de Mortada, conseguimos perceber uma correlação entre as ações da Universidade, o movimento estudantil de modo geral e o contexto histórico dessas ações:

É emocionante ouvir as expectativas de professores e estudantes engajados na Reforma Universitária de 1968. Os textos do professor Florestan Fernandes (1979), compilados sob o sugestivo título que dá nome ao capítulo, são atravessados pelo processo de transformação da sociedade brasileira. À expansão econômica e consequente modernização corresponderia uma nova estrutura universitária, de concepção mais alargada que a das antigas e tradicionais “escolas superiores” e da “universidade conglomerada”. O tamanho e composição social das primeiras turmas são reflexos de um ensino concebido para poucos, selecionados da elite econômica e intelectual. A campanha dos excedentes marca o ingresso das camadas médias e a emergência de um novo projeto⁹

Pelo modelo de universidade conglomerada, Mortada entende o modelo implementado durante o Estado Novo, onde o ensino “continuava escolástico, restrito e restritivo na formação do pensamento autônomo e do espírito crítico (...)"¹⁰. A produção intelectual se deu através de casos isolados e era estranha aos problemas sociais nacionais. Era um modelo que, na prática, serviu para aglutinar os cursos superiores em Universidades. Em oposição a isso, havia a ideia do modelo de universidade multifuncional:

À escola superior e à universidade conglomerada, era necessário instaurar a “universidade multifuncional”, peça chave no processo de modernização do país. Para além de mera atualização, tratava-se de superar a condição subdesenvolvida, sendo, portanto, imperativa a produção de saber e tecnologia, bem como a formação de profissionais e pesquisadores críticos e competentes para integrarem e gerirem uma nação autônoma, ocupando

7 Ibid., p. 53.

8 Para mais detalhes ler: MORTADA, Samir Perez. *Tempos da política: memórias de militantes estudantis do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo*. Tese de Doutorado pelo Instituto de Psicologia (Psicologia Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

9 MORTADA, Samir Perez. *Tempos da política: memórias de militantes estudantis do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo*. Tese de Doutorado pelo Instituto de Psicologia (Psicologia Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. P. 286.

10 Ibid., p. 287.

um novo lugar na ordem econômica mundial. A própria universidade, dado seu papel central, deveria dedicar-se especialmente aos problemas e demandas nacionais mais urgentes, em especial colocando-se ao lado das classes pobres. Ensino, pesquisa e extensão, na universidade multifuncional, integram-se à realidade brasileira, e fazem parte de um amplo projeto de emancipação nacional (Fernandes, 1979)¹¹

Porém, com o Golpe Militar, houve outra reforma universitária. Uma parceria do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do United States Agency for International Development¹²(USAID), a partir de 1965, passou a conceber a educação “como instrumento para a aceleração do desenvolvimento, colocando a universidade a serviço da produção. Para tanto, seria necessário racionalizar sua administração, nos moldes de uma empresa”¹³. Nesse contexto, as preocupações sociais permaneceram em segundo plano, apesar da expansão da pesquisa científica. Ainda, houve maior influência do pensamento científico norte americano e uma expansão de vagas e de instituições privadas. Essa expansão não priorizou a qualidade de ensino, o que enfraqueceu a graduação.

Ainda segundo Mortada, na década de 1980, todo o contexto de ebulação social afetou essa visão de Universidade, levantando novos debates. Ainda, as mudanças neoliberais da década de 1990 também influenciaram. Foi a partir desse momento que novos agentes passaram a atuar, como as fundações e as agências internacionais. Ainda, houve um aumento da importância da avaliação de desempenho internacional. Então:

É importante fazer duas observações. Em primeiro lugar, a expansão do ensino superior implicou em sua descaracterização não como consequência inevitável do aumento numérico, mas por sua reconfiguração dentro do quadro de demandas do sistema capitalista. Em segundo lugar, nessa nova doutrina gerencial, a tendência mundial observada é a divisão do sistema universitário de acordo com demandas de classe. Há as universidades de excelência, de elite e produção de conhecimento; e aquelas que se reduzem à condição de fábricas de diplomas. No caso brasileiro, estas últimas são geridas pelo sistema privado de ensino, e as primeiras concentram-se entre as públicas do sul e sudeste do país (Cf. COGGIOLA, 2001). É de se esperar que essa distinção no quadro geral tenha reflexos na condição estudantil, que também parece, no presente, dicotomizada.¹⁴

Nesse contexto, ainda destacamos que a história da USP foi marcada por

11 Ibid., p. 287.

12 Em tradução livre: Agencia de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos.

13 Ibid., p. 288.

14 Ibid., p. 290 e 291.

quatro fases de intensa construção, definidas pela própria instituição: (a) primeira fase: de 1951 a 1953, sob a administração do reitor Ernesto de Moraes Leme; (b) segunda fase: de 1960 a 1963, sob a administração do reitor Prof. Antônio Barros de Ulhôa Cintra; (c) terceira fase: de 1969 a 1973, sob a administração do reitor Prof. Miguel Reale; e (d) quarta fase: de 1988 a 1991, sob a administração do reitor José Goldenberg¹⁵.

Desse período, destacamos: (A) a criação, na década de 1960, do Fundo para a Construção da Cidade Universitária (FUNDUSP), que permitiu maior agilidade nas construções dentro do Campus; e (B) em 1963, São Paulo sediou os IV Jogos Pan-Americanos e a USP foi usada nesse evento: os prédios que hoje compõe o Conjunto Residencial da USP (CRUSP) foram construídos para ser dormitório e as ruas foram asfaltadas para melhorar o acesso.

Depois dos jogos, apenas em 1964 voltou-se a intensificar a pavimentação das ruas internas. Em 1965, foram introduzidas as primeiras linhas de Circulares. Em contraponto, a preocupação com a construção de moradias estudantis apenas se intensifica depois de 1979, quando houve uma série de reivindicações estudantis por esse motivo. Inclusive, isso culminou com a retirada de algumas salas de aulas do curso de Letras, o que prejudicou o andamento das aulas no período¹⁶

Assim, foi possível perceber uma relação entre os usos da Universidade e sua integração com as demandas políticas do Estado. Ainda, ao longo da história, existiram interações diferentes entre a Universidade e a população. Inclusive, algumas dessas interações tanto repercutiram, quanto foram influenciadas, pelo movimento estudantil. Isso colocou em questão o projeto puramente elitista em alguns momentos. Esse projeto também foi posto em xeque pelo próprio estatuto da Universidade, onde destacamos o artigo segundo (2º), de 1934:

Artigo 2º - São fins da Universidade de São Paulo:

- I - o desenvolvimento e a promoção da cultura, por meio do ensino e da pesquisa;
- II - a formação de pessoas aptas ao exercício da investigação filosófica, científica, artística, literária e desportiva, bem como ao do magistério e de atividades profissionais;
- III - a prestação de serviços à comunidade.

15 Disponível em: http://www.puspc.usp.br/?page_id=31 (Último acesso: 08\11\2014).

16 BARROS, Lidia Almeida. *A toponímia oficial e espontânea na Cidade Universitária* in Revista USP, São Paulo, nº 56, p. 164-171. Dezembro\Fevereiro 2002\2003. P. 166 a 167.

Interpretamos que a Universidade foi fundada para concretizar o tripé de ensino, pesquisa e extensão dentro de uma perspectiva de classe. O intuito de criar a Cidade Universitária da USP era estabelecer um espaço de desenvolvimento da cultura e da ciência, para a sociedade e para seus alunos. A própria arquitetura dos prédios visava essa integração. Os espaços de vivência, como as praças, também eram pensados nessa perspectiva. Na teoria, esse tripé estava em equilíbrio, mas na prática nem sempre foi assim.

O conflito entre os princípios que justificavam a criação da cidade universitária e as modificações da sociedade ao longo do tempo, provocaram contradições e uma separação dicotômica entre distintos projetos, que repercutiram nos espaços da USP. Aqueles espaços reconhecidos como parte da finalidade da Universidade (produção científica e cultural) se tornaram cada vez mais fechados nos seus objetivos internos à Universidade e ao ensino. Por exemplo, as salas de aulas, as bibliotecas, e o interior dos distintos institutos perderam parte dos seus espaços de vivência.

Em alguns casos (como da FFLCH), salas que antes ficavam abertas para servir de espaço de reunião entre alunos passaram a ser trancadas fora dos horários de aula. Os espaços “abertos”, como as ruas e os espaços livres (praças, gramados, entre outros), se tornam mais parte do uso cotidiano da sociedade de modo geral, do que de uso da comunidade acadêmica.

Em síntese, podemos considerar que o planejamento e os grandes eventos parecem ter orientado inicialmente as formas do espaço da cidade universitária, determinando funções e usos através de normas previstas em seus regimentos. Pouco a pouco, as necessidades e as ideologias passam a ser projetadas sobre o espaço da cidade universitária, simultaneamente reproduzindo e recriando tendências da vida política e social da cidade.

Atualmente, a USP possui onze *campi*: quatro deles na cidade de São Paulo, dois em São Carlos e um nas cidades de Bauru, Lorena, Piracicaba, Pirassununga e Ribeirão Preto. Neste trabalho, pretende-se concentrar os estudos no campus Butantã, que é o campus principal. Tanto ele, quanto os demais estavam sob a direção de um mesmo reitor, João Grandino Rodas, cujo mandato foi de Janeiro de 2010 a Dezembro de 2013.

O reitor é o representante administrativo da USP. Ele está submetido ao Conselho Universitário (CO), que é formado majoritariamente por professores titulares e tem por objetivo deliberar sobre assuntos com relevância para a USP toda. Na prática, eles votam tudo que não seja puramente administrativo. O Conselho também é responsável por organizar as eleições para reitor, onde quem tem direito a voto são todos os professores titulares e representantes discentes, docentes e dos funcionários¹⁷.

Eles votam nos candidatos e os três nomes mais votados são entregues para o Governador do Estado de São Paulo, que deve escolher um dos nomes. Entretanto, quem preside o Conselho é o reitor. Na prática, isso lhe garante um poder político maior do que o previsto. Isso, pois é ele, por exemplo, que escolhe quem fará as atas e é ele que escolhe a ordem das pautas das reuniões e votações.

Tanto o reitor, quanto o Conselho Universitário compõe a reitoria, que tem poder sobre a USP como um todo. Também fazem parte dela as pró-reitorias, que trabalham assuntos específicos, produzindo e realizando projetos e deliberando sobre pedidos oficiais de estudantes e das administrações das faculdades. Para isso, elas podem organizar comissões sobre os mais variados temas.

Já as administrações das faculdades são estruturadas a semelhança da reitoria. Todavia, necessitam prestar contas para esta e atuam apenas no âmbito de suas faculdades. Toda faculdade tem uma congregação, que elege uma lista tríplice de diretores e um deles é escolhido pelo reitor.

Podemos fazer uma analogia da organização política da USP com a de um país: O reitor seria o presidente, o conselho universitário seria a câmara, as pró-reitorias seriam os ministérios, as faculdades seriam os Estados e as administrações o corpo burocrático desses Estados¹⁸.

Cada campus tem uma prefeitura. A Prefeitura do Campus USP da Capital (PUSP-C) é a responsável pela Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, bem como outras áreas localizadas na capital, no litoral e no interior. Segundo o próprio site da instituição:

17 Em teoria, todas as comissões na USP têm representantes discentes e de funcionários, definidas pelo estatuto. Porém, não há uma regra única e universal para a Universidade quanto a quantidade desses representantes.

18 Para ver os detalhes da estrutura organizativa da USP ver anexos: 1, 2 e 3.

A PUSP-C trabalha para prover a Universidade com serviços de infraestrutura e manutenção que possibilitem o seu funcionamento sustentável como instituição de pesquisa, ensino superior e espaço de integração entre alunos, professores, funcionários e a comunidade¹⁹.

A Prefeitura do Campus esta sob a responsabilidade do Conselho Gestor do Campus da Capital que:

(...) delibera sobre as atividades da Prefeitura, sobre o uso das áreas comuns e das áreas não edificadas; aprova regras e procedimentos para disciplinar a mobilidade, o trânsito interno, bem como a realização de eventos oficiais e festas promovidos nos espaços próprios das Unidades e órgãos; propõe normas de segurança para o *Campus USP da Capital*; assim como delibera sobre outros casos no âmbito de sua competência²⁰.

Na prática, a reitoria desenvolveu e aplicou seu próprio projeto, ao passo que lidou com as reivindicações estudantis. Possivelmente, a mobilização estudantil e os interesses da sociedade, forçaram mudanças nos planos originais das diferentes gestões da reitoria da USP. Especificamente na gestão Rodas, o principal agente de propaganda dos projetos da reitoria foi o boletim USP Destaques.

O USP Destaques foi um boletim informativo da reitoria, cuja primeira publicação foi em 26 de Agosto de 2010. Ele teve uma periodicidade variada, mas costumou ser quinzenal. Na prática, ele foi um órgão de divulgação e propaganda da reitoria. Por ele, esta expressou parte de sua opinião e de seus projetos. Sua divulgação foi majoritariamente por e-mail USP aos professores, funcionários e estudantes. Além disso, ele foi disponibilizado on-line para consulta no site da reitoria. Por conta dessa importância, ele foi escolhido como objeto de análise nessa pesquisa.

Outro documento de grande importância para este trabalho, pois trouxe uma perspectiva diferente, foi o Jornal do Campus. Ele é um jornal editado pelos alunos do 4º ano da Faculdade de Comunicação e Arte (ECA) que prestam o curso de editoração. Ele aborda vários assuntos, mas foca o que acontece na Universidade. Há uma versão impressa dele que é distribuída pelas unidades e também há a versão on-line, com arquivo das edições a partir de 2009. Assim, ele apresentou dados muito interessantes sobre os acontecimentos no campus Butantã e teve uma perspectiva mais continua dos fatos do que, por exemplo, outros jornais de grande

19 Disponível em: http://www.puspc.usp.br/?page_id=65 (Último acesso: 08\11\2014).

20 Disponível em: http://www.puspc.usp.br/?page_id=65 (Último acesso: 08\11\2014).

circulação nacional, como a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo.

As informações obtidas com base nesses dois documentos foram confrontadas com documentos oficiais dos estudantes e respectivos grupos, com documentos oficiais da própria Universidade e com artigos de outros jornais e periódicos. Inclusive, analisamos o orçamento da Universidade com o intuito de agregar mais dados a análise.

II. Sobre as edições do USP Destaques e como foram classificadas

Como foi dito na seção anterior, o USP Destaques foi um boletim informativo da reitoria. Ele foi um órgão de divulgação e propaganda da reitoria. Por ele, a reitoria expressou parte de sua opinião e de seus projetos. Vamos analisá-los da primeira publicação, em 26 de Agosto de 2010, até a última disponível, de 25 de Dezembro de 2013. São 92 documentos no total.

Para realizar a classificação, seguimos os seguintes critérios: (I) as edições foram contadas de forma continua, ou seja, não houve diferenciação entre, por exemplo, “edições especiais” e “edições normais”; (II) cada edição foi classificada de duas formas: primeiro pelo tipo de informe e depois pelos temas que apareceram; e (III) os temas foram dados a cada título\subtítulo e para cada *box*. Entretanto, foram descartados os *box* intitulados de “editorial”. Isso, pois eles continham informações que estavam presentes no decorrer dos textos dos USP Destaques e eles apareceram apenas em 2010.

Assim, a classificação pelo tipo de informe ficou dividida nos seguintes grupos: (a) mudanças físicas: quando na edição o assunto principal era as mudanças físicas, mostrando tanto plantas, quanto croquis, ou outras intervenções ou planos; (b) mudanças normativas: quando a edição falava de qualquer outra mudança que não estava ligada a mudanças físicas na Universidade; e (c) informes fora da Cidade Universitária: foram as edições direcionadas a tratar assuntos não concorrentes à área de estudo, que é o campus Butantã.

Quanto ao tema, as reportagens foram classificadas da seguinte forma: (1) acesso: entendido tanto como acesso físico, quanto acesso à instituição através, por

exemplo, do vestibular; (2) comunicação: reportagens que falam da estrutura de comunicação da USP, como a TV ou Rádio; (3) entrevistas: entrevistas feitas com pessoas ligadas a Universidade ou não; (4) encontro: foram classificados nessa categoria tanto os anúncios de divulgação informando quando seriam os encontros, quanto informes gerais sobre esse tipo de evento e que não se encaixavam em nenhuma outra categoria específica; (5) extensão: informes sobre projetos destinados às atividades de extensão universitária; (6) financiamento: categoria destinada a congregar as informações relacionadas a orçamento, financiamento, valor de salários, entre outros; (7) internacionalização: contém os informes sobre integração com outros países, tanto por meio de intercambio, quanto por meio de pesquisas; (8) normas gerais: normas relacionadas a temas diversos de competência administrativa da USP, como as legislações para os Museus sob a responsabilidade da Universidade; (9) normas para funcionários: normas destinadas tanto a funcionários, quanto professores. Inclui as relativas, por exemplo, a carreira e concursos de admissão; (10) normas para estudantes: normas destinadas tanto à graduação, quanto à pós-graduação ou à conduta geral dos estudantes; (11) reforma e manutenção: reportagens que traziam informes sobre as ações de reforma e manutenção; (12) resposta a ação direta de funcionários: quando havia uma resposta institucional devido a um ato dos funcionários; (13) resposta a ação direta de estudantes: quando havia uma resposta institucional devido a um ato dos estudantes; (14) segurança: reportagens que traziam informes sobre a questão da segurança; e (15) outras: categoria criada para condensar, por exemplo, felicitações de natal e ano novo ou informações complementares relacionadas a eventos não universitários, como a história das Olimpíadas.

III. Sobre as edições do Jornal do Campus e como foram classificadas

Como foi dito na primeira seção deste capítulo, o Jornal do Campus é um jornal editado pelos alunos da Faculdade de Comunicação e Arte (ECA) que prestam o curso de editoração. Ele apresenta uma perspectiva continua sobre os acontecimentos nos *campi* da USP. Para este trabalho, analisamos as reportagens

de Janeiro de 2010 até Dezembro de 2013, ou seja, da edição 362 a 420. No total são 58 edições. Outro critério foi utilizar o formato digital, pois nele aparecem possíveis erratas. Inclusive, antes de adotar esse critério, comparamos algumas versões impressas com as digitais e houve compatibilidade nas reportagens.

Para realizar a classificação das reportagens, seguimos os seguintes critérios: (1) ela tem como inspiração os conceitos de Gomes citados acima e desenvolvidos no capítulo 1; (2) a classificação foi feita pelos temas centrais das reportagens; (3) foram consideradas as reportagens apenas sobre a Cidade Universitária Armando Sales de Oliveira. Descartou-se, por exemplo, notícias sobre o *campus* do Largo São Francisco ou sobre assuntos diversos da cidade de São Paulo; e (4) quanto às reportagens sobre a Cidade Universitária, não foram consideradas as reportagens que mostravam, por exemplo, apenas o placar final das competições esportivas universitárias.

Assim, a classificação final ficou dividida em cinco grandes grupos: (I) nomoespaço: reportagens que tratavam de decisões da reitoria; (II) genoespaço: reportagens que tratavam dos grupos da USP; (III) conflito entre genoespaço e nomoespaço: situações onde houve conflitos entre os grupos da USP e órgãos institucionais, sendo tanto a reitoria, quanto as direções das faculdades; (IV) conflito entre genoespaços: situações onde houve conflitos entre os próprios estudantes, ou entre os estudantes e pessoas físicas; e (V) conflito entre nomoespaços: situações onde houve conflito entre órgãos institucionais, como reitoria e unidades ou reitoria e Estado ou, ainda, entre as instituições e seus funcionários.

Ainda, esses respectivos grupos foram subdivididos. O grupo (I) nomoespaço foi subdividido em: (i) acesso: entendido tanto como acesso físico, quanto acesso à instituição através, por exemplo, do vestibular; (ii) financiamento: formas de arrecadação de dinheiro; (iii) internacionalização: reportagens que falavam da integração com outros países, tanto por meio de intercambio, quanto por meio de pesquisas; (iv) normatização: reportagens que traziam informes sobre novos regulamentos; (v) reforma e manutenção: reportagens que traziam informes sobre as ações de reforma e manutenção; (vi) segurança: reportagens que traziam informes sobre a questão da segurança; e (vii) usos gerais: reportagens de eventos, anuais ou não, mas que ganharam publicidade no jornal.

O grupo (II) genoespaço foi subdividido em: (i) apropriação do espaço: quando os diversos grupos se apropriavam do espaço, de forma temporária ou não e legalizada ou não; (ii) cooperação: reportagens que mostravam ajuda entre dois ou mais grupos; e (iii) financiamento: reportagens onde as entidades comentavam sobre suas fontes de renda. Já o grupo (IV) conflito entre genoespaços ficou subdividido em: (i) preconceitos: ações relacionadas atos de, por exemplo, machismo e homofobia, que causaram protestos e foram noticiadas pelo Jornal; e (ii) questões políticas: geralmente disputas eleitorais ou informes sobre chapas do DCE.

O grupo (III) conflito entre genoespaço e nomoespaço foi subdividido em: (i) acesso: reportagens que mostravam conflitos entre os espaços normatizados e os não normatizados sobre a questão do acesso tanto físico, quanto à instituição; (ii) ações diretas: reportagens que falavam tanto de uma ação direta pontual, quanto de seus desdobramentos. Dentro dessa categoria foram consideradas, por exemplo: as ações de ocupação de reitoria, do COSEAS e a questão dos processados por essas ocupações; (iii) demanda: reportagens onde foram apresentados interesses divergentes do genoespaço e do nomoespaço e apareceram cobranças por soluções; (iv) notas de resposta: comporta as notas de resposta tanto do genoespaço, quanto do nomoespaço, que, no geral, pediam retratação ao Jornal por questões que apareceram nas reportagens; (v) reformas e manutenção: reportagens onde apareceram conflitos envolvendo as reformas e manutenções vigentes ou ainda em projeto; (vi) restrição dos usos: reportagens que apresentaram diversos pontos de vista sobre ações que de alguma forma restringiram os usos dos espaços, como a proibição da venda de bebidas alcoólicas no *campi*; e (vii) segurança: reportagens que mostravam conflitos sobre a questão de segurança no *campus*, como ela vinha sendo tratada e as ações tomadas.

Por fim, o grupo (V) conflito entre nomoespaços foi subdividido em: (i) ação direta: relatos de greves e paralisações de funcionários; (ii) acesso: problemas de acesso ao local de trabalho; (iii) demanda: reportagens onde havia interesses divergentes e apareceram cobranças por soluções tanto entre funcionários, quanto entre duas instituições; (iv) segurança: reportagens que mostravam conflitos sobre a questão de segurança, como ela vinha sendo tratada e as ações tomadas tanto entre funcionários, quanto entre duas instituições; e (v) reforma e manutenção:

reportagens que mostravam conflitos sobre o tema tanto entre funcionários, quanto entre duas instituições.

IV. Sobre os dados do orçamento e como foi feito o perfil cíclico

O gráfico do perfil cíclico do orçamento da USP (apresentado no item 2.1: “A USP e algumas reflexões sobre seu orçamento”) tem como fonte os dados encontrados nos anuários estatísticos da USP, disponíveis no acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), com alguns dados mantidos em forma digital pelo site da Universidade de São Paulo²¹. Para melhor analisar os dados orçamentários, em vez do valor nominal do orçamento, decidimos usar o deflator implícito do produto interno bruto (PIB) brasileiro. Isso, pois ele aproxima os valores para a capacidade de compra real em termos macroeconômicos.

Através desse deflator, foi encontrado um índice de deflação para que o orçamento fosse expresso em reais constantes de 2006. A metodologia para atingir o índice foi: (2006 = 1); (se o ano fosse posterior a 2006, a fórmula aplicada para o índice seria: índice = $(X_{i-1} * 100) / (100+Dfi)$; sendo X_{i-1} o índice do ano anterior, e Dfi o deflator do ano); (se o ano fosse anterior a 2006, a fórmula usada seria: índice = $((Xi-1 / 100) * Dfi-1) + x$; sendo $Xi-1$ o índice do ano anterior, e $Dfi-1$ o deflator do ano anterior). Os valores finais podem ser vistos na tabela abaixo (Tabela 001).

21 O endereço do referido site: <https://uspdigital.usp.br/anuario/> (Último acesso: 10\07\2014).

Tabela 001: Dados de desempenho da USP				
Ano	Orçamento nominal	Orçamento real	Alunos matriculados	Orçamento real por aluno
2000	1.173.954.492	1.977.489.255	39.326	50.284,53
2001	1.273.356.193	1.968.400.340	40.162	49.011,51
2002	1.404.624.967	1.964.044.514	42.554	46.154,17
2003	1.530.475.409	1.881.720.700	44.696	42.100,43
2004	1.767.737.428	2.011.734.880	45.946	43.784,77
2005	1.964.426.192	2.085.236.054	48.530	42.967,98
2006	2.248.953.071	2.248.953.071	51.980	43.265,74
2007	2.369.207.876	2.237.876.718	54.361	41.166,95
2008	2.871.105.162	2.503.359.961	55.863	44.812,49
2009	2.898.991.303	2.358.196.111	56.998	41.373,31
2010	3.382.969.012	2.542.667.306	57.300	44.374,65
2011	3.744.632.866	2.631.144.847	57.902	45.441,35
2012	3.986.974.743	2.663.465.537	58.303	45.683,16
2013	4.123.503.491	2.565.603.734	58.204	44.079,51
Dados: Anuário Estatístico USP 2012. Tabela elaborada por Letícia M. Vieira e Apoena C. Cosenza				

Através do uso do programa Gretl, realizou-se duas regressões lineares para calcular o orçamento real da USP, uma com a variável independente “Tempo”, e outra com a variável independente “alunos matriculados na graduação”. A primeira regressão atingiu $R^2=0,890$, com bons valores dos testes de erro. Isso significa que o orçamento real sofreu influência do tempo.

A segunda regressão atingiu $R^2=0,860$. A alta capacidade de explicação dessa variável independente para o orçamento se dá através da correlação comum entre as duas: o fator tempo. No entanto, a regressão linear do orçamento calculado através do número de matriculados, com alto poder explicativo, revela de forma um pouco mais precisa a falta ou excedente de orçamento em relação ao esperado para o crescimento nos gastos da USP provenientes do crescente número de alunos.

Os resíduos (distância entre o valor observado e os valores esperados das regressões) encontrados foram:

Tabela 002: Resultados da regressão linear explicado pelo número de alunos matriculados				
Ano	Orçamento real da USP	Ajustado	Resíduo	Perfil Cíclico
2000	1,98E+009	1,84E+009	1,40E+008	0,070966225
2001	1,97E+009	1,87E+009	1,01E+008	0,051114611
2002	1,96E+009	1,96E+009	8,61E+006	0,004385455
2003	1,88E+009	2,03E+009	-1,52E+008	-0,08088079
2004	2,01E+009	2,08E+009	-6,80E+007	-0,033792855
2005	2,09E+009	2,17E+009	-8,92E+007	-0,042758004
2006	2,25E+009	2,30E+009	-5,19E+007	-0,023057204
2007	2,24E+009	2,39E+009	-1,50E+008	-0,067105028
2008	2,50E+009	2,44E+009	6,03E+007	0,024078079
2009	2,36E+009	2,48E+009	-1,26E+008	-0,053632007
2010	2,54E+009	2,50E+009	4,69E+007	0,018457212
2011	2,63E+009	2,52E+009	1,13E+008	0,043080186
2012	2,66E+009	2,53E+009	1,31E+008	0,049175699
2013	2,57E+009	2,53E+009	3,67E+007	0,014321679

Dados: Cálculo próprio. Tabela elaborada por Letícia M. Vieira e Apoena C. Cosenza

Através desses resíduos alcançados, foi calculado o perfil cíclico do orçamento da USP, através da seguinte metodologia: dividiu-se o valor dos resíduos encontrados pelo valor do orçamento real observado, e multiplicou-se o resultado por cem. Dessa forma, o perfil cíclico representa a distância percentual entre os valores esperados e os valores encontrados.

Capítulo 1: Da esfera pública e do espaço público ao nomoespaço e genoespaço

Esta parte do trabalho destinou-se a discussão da base conceitual a luz da dinâmica identificada empiricamente. Nossa ênfase foi no debate sobre a noção de espaço público, onde destacamos contribuições teóricas fundamentais para a compreensão da dinâmica interna à Universidade de São Paulo (USP) enquanto esse tipo de espaço. Nesse sentido, por exemplo, resgatamos a ideia de publicidade no espaço público, desenvolvida por Jürgen Habermas e o debate a cerca da morfologia do espaço público, que passa a ser relevante pela ação dos urbanistas. A partir disso, demos ênfase às contribuições geográficas para o tema, usando especificamente: Paulo Cesar da Costa Gomes e Don Michell.

Assim, enfatizamos uma abordagem da matriz filosófica do conceito de espaço público, cuja finalidade foi resgatar duas discussões centrais: a primeira sendo o papel da publicidade para a formação de uma opinião pública e a segunda sendo uma reflexão sobre o papel da discussão política dentro da esfera pública. Para isso, demos destaque às ideias de Jürgen Habermas e Hannah Arendt. Achamos isso pertinente devido a importância dada aos documentos do USP Destaques e do Jornal do Campus, além das acusações entre os diversos grupos de falta de diálogo.

Em decorrência disso, no segundo momento, refletimos sobre a influência do Urbanismo e da Escola de Chicago para o desenvolvimento da noção de espaço público. Sobre o Urbanismo, apontamos que sua contribuição fundamental foi trazer a ideia de concretude ao espaço público. Porém, a finalidade desta parte foi chamar a atenção para a relação entre planejamento de espaços e de seus usos aliados a um fundamento político. Sobre a Escola de Chicago, ela foi identificada como um marco. Os debates originados nela provocaram mudanças que repercutiram nas discussões futuras a cerca do espaço público e de suas possibilidades de investigação.

Por fim, trabalhamos como o conceito de espaço público foi discutido na Geografia. A ênfase foi conferida aos conceitos de genoespaço e nomoespaço de Paulo Cesar da Costa Gomes. Entendemos que esses conceitos são centrais para o

entendimento das dinâmicas e conflitos que ocorreram dentro da USP enquanto espaço público. Para isso, vamos dedicar uma sessão a essa discussão. Além disso, trazemos algumas contribuições de Don Michell, uma vez que em seu livro *The right to the City*, possui algumas reflexões sobre a Universidade de Berkeley em seu trabalho.

A estrutura desse capítulo teve como fundamento a divisão utilizada por Rodrigo Ramos Hospodar Valverde em sua tese de doutorado. A escolhemos por ser uma divisão didática, que acima de tudo destaca os momentos de ruptura, ou seja, momentos onde houve mudanças no sentido geral do pensamento teórico a cerca do espaço público. Inclusive, essas contribuições são centrais para se trabalhar as dinâmicas da Universidade de São Paulo (USP) enquanto espaço público. Ao abordar cada contribuição em separado, podemos explorar alguns temas que aparecem condensados nas obras dos geógrafos.

1.1 A esfera pública e a publicidade: Hannah Arendt e Jürgen Habermas

Angelo Serpa destacou Hannah Arendt e Jurgen Habermas como os principais “filósofos do espaço público”²². De fato, embora outros autores, como Alexis de Tocqueville e Richard Sennett, tenham escrito sobre o tema e tenham dado contribuições importantes, a base para se entender a origem atual do conceito está em Habermas e Arendt. Assim, analisamos alguns aspectos importantes das obras desses dois autores por conta dessa importância e pelo diálogo possível com os dados empíricos.

A obra mais famosa de Habermas associada ao tema é “Mudança estrutural da esfera pública” (1984) e de Arendt é “A Condição Humana” (1958). Nesses dois livros, houve a comparação entre a sociedade ocidental do período Moderno e a sociedade grega clássica. Essa discussão, em ambos os autores, permitiu o debate sobre a esfera pública. Como destacou Valverde:

[...] A enunciação mais precisa da noção de espaço público foi realizada por Hannah Arendt e Jürgen Habermas, na primeira metade do século XX,

²² SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 1ª edição, segunda reimpressão. P. 16.

enquanto os marcos da origem da ideia se encontravam, de acordo com os autores, no século XVIII. Essa constatação revela que em alguma medida a definição da origem da ideia de espaço público se deu de forma analógica, ou seja, através da comparação entre passado e presente, na qual se observava uma suposta continuidade e estabilidade na formação do Estado durante o período Moderno²³.

Em sua obra, Habermas abordou a transformação da esfera pública e da esfera privada e a formação de uma esfera pública burguesa. Esta foi fruto de um processo que serviu para a burguesia romper com o antigo regime político, tomar o poder e instalar sua base de dominação política, através da manipulação da opinião pública. Para explicar esse processo de manipulação, Habermas discutiu as mudanças na esfera da literatura.

Mais especificamente, o autor apontou que as categorias de público e privado foram inspiradas em construções intelectuais de origem grega. Elas foram transmitidas para os dias de hoje a partir da versão romana. Oikos virou o relativo para a esfera do indivíduo (futura esfera privada), na qual toda a vida era baseada em uma hierarquia que delimitava fortemente as diferenças entre aqueles que ali viviam. Polis virou o relativo à esfera dos cidadãos iguais, nos quais todos teriam o mesmo direito à palavra (futura esfera pública). Seria nesta última que se alcançaria o reconhecimento público e que se desenvolveria a política. Ela se constituiria, de acordo com Habermas, em um espaço de liberdade. Habermas desconsiderava a escravidão, as diferenças de gênero ou as limitações dos direitos dos estrangeiros.

Porém, o termo “privado” só apareceu após a metade do século XVI. Também veio desse período a separação entre esfera pública e esfera privada no sentido moderno²⁴. Pouco a pouco, segundo Habermas, a política se transformou em uma tentativa de normatizar e regular o funcionamento do Estado. Isso alterou o sentido de sua existência. Essa mudança foi atribuída tanto à subida da burguesia ao poder, quanto ao novo sistema econômico que se consolidou no século XVIII, que Habermas classificou como um capitalismo financeiro e mercantil primitivo.

Nesse sentido, Habermas destacou o papel do Estado como poder público. Apesar dele perder força com o passar dos anos, ainda manteve seu papel

23 VALVERDE, Rodrigo R.H.F. *A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/IGEO/PPGG, 2007. P. 84.

24 HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tempo brasileiro, 1984 (traduzido por Flávio R. Kothe). P. 24.

organizacional. Esse marco também foi importante, pois foi o momento onde a esfera do poder público se objetivou “numa administração permanente e no exército permanente: à permanência dos contatos no intercâmbio de mercadorias e de notícias (bolsa, imprensa) corresponde agora uma atividade estatal continuada”²⁵.

Nesse contexto, a imprensa passou a ter um papel fundamental, devido a sua importância na disseminação de informação, que passou a ter caráter público. Em seus veículos, abriram-se brechas tanto para o reforço ideológico do poder em uma sociedade moderna, quanto para polêmicas públicas que questionavam o Estado, seus papéis e seus poderes. Porém, num primeiro momento, apenas um público restrito acessou esse novo fórum público estabelecido pela imprensa: ele foi destinado a quem sabia ler, ou seja, o público principal era formado por membros da burguesia²⁶.

O autor também apontou que o sujeito que tomou parte da esfera pública torna-se portador de uma opinião. Ao expressá-la, ela transforma-se em pública. A publicidade acontece conforme as pessoas discutem a opinião. Entretanto, essa publicidade, que era inicialmente função da opinião pública, virou o “despertar da opinião pública” a partir do momento onde a burguesia passou a deter o poder. Dito de outra forma, Habermas sugeriu que a opinião pública ganha destaque, mas é limitada em suas possibilidades pelas formas existentes de dominação.

Isso, pois um tema só seria discutido pela opinião pública se ele fosse publicizado com a ajuda, por exemplo, de jornais ou da figura dos críticos profissionais. Habermas também destacou que: “chamamos de ‘públicos’ certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um – assim como falamos de locais públicos ou de casas públicas”²⁷.

Sendo assim, podemos dizer que, para Habermas, a partir do Período Contemporâneo, existiu uma esfera do poder público, representada pelo Estado, e uma esfera do setor privado, que englobaria toda a sociedade civil. A esfera pública burguesa e, por consequência, o espaço público, seriam um meio termo entre esses dois extremos. Destacamos que a esfera pública estaria subordinada ao setor privado. Porém, o espaço público, visto como espaço concreto, pertenceria tanto ao

25 Ibid., p. 31.

26 Ibid., p. 34.

27 Ibid., p. 14.

Estado, quanto a um indivíduo ou a uma corporação.

Nesse espaço, a imprensa ganhou um papel de destaque como difusora de informações e opiniões (considerando que o público que sabia ler era restrito). Era nele que se realizavam a comunicação entre as pessoas e a construção da política através de discussões. A opinião pública se formava nesse contexto. Entretanto, com o passar o tempo, a opinião pública passou a realizar-se pela figura dos “críticos”. Isso fez o espaço público perder parte da sua característica fundante, que era a de ser o espaço da discussão direta e da autorrepresentação. Para Habermas, só a retomada da discussão política nos espaços públicos ajudaria a romper com essa situação, que acabou por tornar as pessoas submissas à ordem econômica, política e social vigente.

Na parte empírica, não abordamos diretamente a divisão de classes ao lidar com a USP, pois esta influência todos os grupos de maneiras diferentes. Isso, pois não há necessariamente nenhum segmento diretamente ligado ao proletariado ou a burguesia. O que há são pessoas que podem pertencer ou não a uma dessas classes ou podem aderir ou não ao programa das mesmas. A luta de classes na USP só pode ser analisada perante os projetos e propostas apresentadas por cada grupo. Isso, pois essa luta não se encerra na própria Universidade.

Então, devido as características do objeto em estudo, não pudemos detectar, a princípio, uma apropriação diretamente proletária ou diretamente burguesa dos espaços. O que houve foi uma ocupação que favoreceu um modelo burguês ou que favoreceu um modelo proletário de sociedade. Ainda, a adesão pública a um modelo só poderia ocorrer caso houvesse um espaço de debate político, onde os membros da comunidade pudessem expressar suas visões partindo de um patamar nivelado.

As estruturas deliberativas e mesmo consultivas da USP são hierarquizadas. Não há, portanto, um espaço de debate público segundo a visão de Habermas. Ao mesmo tempo, não se trata de uma esfera privada, pois não é caracterizada por relações de propriedade sobre aquilo que se decide. A burocracia acadêmica se encontra em algum lugar entre a relação pública e privada sobre um aparato do Estado. Embora esses apontamentos sejam uma base importante para que se critique o modelo tecnocrático adotado pela USP, ele não serve para se entender as disputas políticas realizadas no seio da comunidade universitária.

Porém, a grande contribuição que nos pode ser trazida de Habermas foi pela ideia de publicidade. Isso, pois ela trouxe a ideia da importância da imprensa. Ela seria a responsável por passar uma informação de acesso universal, tendo em vista que todos na Universidade sabem ler (a exceção de possíveis funcionários terceirizados não alfabetizados). Ainda, na análise empírica, não notamos a figura dos críticos, nos termos de Habermas. Porém notamos que os temas que ganharam mais destaque da opinião pública eram aqueles que envolviam mais pessoas ou grupos.

Ainda, ressaltamos a influência dos meios digitais para a publicidade dos temas. Uma vez que os casos foram divulgados na internet, houve uma divulgação maior. Esta aconteceu tanto em sites oficiais de jornais ou institucionais, quanto em lugares alternativos, como facebook ou blogs. Porém, a influência das opiniões geradas nesses debates, tiveram impactos diferentes em cada contexto. Inclusive, uma questão pertinente levantada, mas não respondida de forma consensual era: qual a relevância que deveria ser dada a essas posições nas reuniões ou debates pessoais e deliberativos.

Com isso, temas específicos, como o financiamento das entidades estudantis, eram deixados de lado. Ainda, houve a tendência de formação de três grupos genéricos: (a) o grupo da burocracia universitária; (b) o grupo da sociedade civil; e (c) o grupo dos estudantes ligados ao movimento estudantil. Via de regra, as críticas e opiniões divergentes partiram deste último grupo.

Hannah Arendt, em “A Condição Humana”, articulou as noções de labor, trabalho e ação para analisar a condição humana na sociedade contemporânea e entender as origens do totalitarismo e as mudanças na esfera pública. Para a autora em destaque, o espaço público é o espaço da discussão política e só a noção de ação é política. Tal distinção se mostra relevante, pois nem todos os espaços de livre acesso e debate se configuram em arenas políticas, assim como nem toda discussão sob política estabelece diretamente uma ação. Isso configurou uma série de nuances para o entendimento do espaço público e de seus limites.

Arendt começou seu trabalho explicando o que seria e qual seria a relação entre labor, trabalho e ação, que são entendidos como os componentes da *vita activa*. Por labor a autora entendeu que ele seria “a atividade que corresponde ao

processo biológico do corpo humano”²⁸ e “a condição humana do labor é a própria vida”²⁹. O trabalho foi identificado como a atividade de produzir bens, de produzir coisas artificiais, cuja condição humana é a mundanidade³⁰. Já a ação, foi entendida como a única atividade que pode ser exercida sem mediação de coisas ou matérias: é a vida política, a vida em conjunto. Sua condição humana é a pluralidade³¹. O motivo para só a ação ser entendida como componente da política é que ela é a única que só se desenvolve em um coletivo, grupo. Nas palavras de Arendt:

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. A atividade do labor não requer a presença de outros, mas um ser que ‘laborasse’ em completa solidão não seria humano, e sim um *animal laborans* no sentido mais literal da expressão. Um homem que trabalhasse e fabricasse e construísse num mundo habitado somente por ele mesmo não deixaria de ser um fabricador, mas não seria um *homo faber* teria perdido a sua qualidade especificamente humana e seria, antes, um deus – certamente não o Criador, mas um demiurgo divino como Platão o descreveu em um dos seus mitos. Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença dos outros.³²

A partir dessa base teórica, a autora discutiu como esses elementos foram tratados na sociedade grega da Antiguidade e depois traçou paralelos com o momento atual. Houve uma reflexão sobre a Idade Média e como os valores do cristianismo (e posteriormente de outras religiões) alteraram a visão do individualismo, enaltecendo-a. Inclusive, ela, do mesmo modo que Habermas, também apontou para o surgimento de uma esfera social junto com o surgimento da era Contemporânea e do Estado Nacional e sua forma de organização política³³.

Sua descrição da esfera pública e da esfera privada também se assemelham muito a de Habermas. Ela trouxe a mesma distinção entre: uma esfera da família, do indivíduo (privada) e uma esfera da política, dos cidadãos (pública). Ela também pontuou a emergência de outra esfera, a do social, no decorrer do Período Moderno, quebrando o equilíbrio anterior. O interessante foi que ela descreveu a esfera social com uma característica própria, que é o lugar onde as pessoas viviam juntas para

28 ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983. P.15.

29 Ibid., p. 15.

30 Ibid., p. 15.

31 Ibid., p. 15 a 16.

32 Ibid., p. 31.

33 Ibid., p. 37.

conseguir suprir suas necessidades e carências³⁴. Tais necessidades configuravam um sentido de sobrevivência que influenciava os limites do debate político atual, ao contrário do que Arendt enxergava na Antiguidade Grega, no qual a esfera política se construía como um fim em si mesma.

Nesse contexto, a autora discutiu a questão da violência e sua relação com a política no passado e no presente. Arendt frisou que a violência na esfera pública da Polis era inaceitável, pois “o ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência.”³⁵. Em contrapartida, a violência na esfera privada era aceitável, pois ela era vista como a única forma de vencer a necessidade e conseguir a liberdade e a igualdade da vida política. Assim “a *polis* diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer ‘iguais’, ao passou que a família era o centro da mais severa desigualdade”³⁶.

Notemos que no período da Grécia Antiga era utilizado trabalho escravo. Porém, Arendt desconsiderou a violência sofrida pelos escravos. Isso, pois ela não englobou esta esfera em suas análises, da mesma forma que Habermas. Entretanto, atualmente, segundo a autora:

No mundo moderno, as esferas social e política diferem muito menos entre si. O fato de que a política é apenas uma função da sociedade – de que a ação, o discurso e o pensamento são, fundamentalmente, superestruturas assentadas no interesse social – não foi descoberto por Karl Marx; pelo contrário, foi uma das premissas axiomáticas que Marx recebeu, sem discutir, dos economistas políticos da era moderna. Esta funcionalização torna impossível perceber qualquer grande abismo entre as duas esferas; e não se trata de uma questão de teoria ou de ideologia, pois, com a ascendência da sociedade, isto é, a elevação do lar doméstico (*oikia*) ou das atividades econômicas ao nível público, a administração domestica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família transformaram-se em interesse ‘coletivo’. No mundo moderno, as duas esferas constantemente recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo da vida³⁷.

Assim, podemos dizer que, segundo a visão de Arendt e Habermas, existem três esferas na sociedade atual: (1) a esfera pública, que seria também a esfera da política, onde todos são iguais perante a lei; (2) a esfera privada, que seria a esfera dos assuntos familiares e assuntos ligados ao indivíduo; e (3) a esfera social, que seria um fenômeno em construção a partir do século XVIII e que colocaria os

34 Ibid., p. 39.

35 Ibid., p. 35.

36 Ibid., p. 41.

37 Ibid., p. 42 a 43.

assuntos não políticos para serem discutidos na esfera política, deturpando-a e transformando-a no algo amorfó que seria a esfera social. Para ambos os autores, nós viveríamos um processo de ampliação desmesurada da esfera social, que impediria o bom funcionamento da política *stricto sensu*.

Se adotássemos a visão de Arendt, seria difícil captar a essência altamente política do debate e das ações do movimento estudantil quanto a relações eminentemente sociais. A luta conta a homofobia, racismo, machismo, entre outras, fazem parte de demandas históricas do movimento estudantil, haja visto o pequeno avanço conquistado nessa área. Essas lutas sociais, mais do que direitos individuais, representam um outro projeto político, pois questiona o *status quo*. Inclusive, dentro da própria Universidade, embora haja diversos casos que se encaixam nessas categorias, eles não ganham tanta publicidade nos documentos analisados.

Ainda, seria difícil compreender as demandas referentes às condições de vida material que existem tanto no grupo dos professores, quanto dos funcionários ou alunos. Seriam exemplos as demandas por melhores salários e por permanência estudantil. Embora sejam debates no âmbito da instituição para a sobrevivência individual, eles são importantes como parte do debate político. Isso, pois abarcam escolhas de como serão utilizadas as verbas do orçamento e de projetos diferentes.

A divisão de uma esfera pública e outra social para o caso da USP significaria, em última instância, dividir o debate realizado sobre os caminhos gerais da USP e os problemas cotidianos existentes nela. Como já colocamos, todo debate político nas esferas disponíveis para tal, dentro da Universidade, são hierarquizados. Portanto, o debate se faz de forma esvaziada. Na prática, quase toda a política dentro da USP fica relegada aquilo que Arendt chamou de esfera social. Observa-se, no entanto, que essa esfera social tem apontado possibilidades de mudanças mais profundas na essência da USP, do que aqueles debates realizados na esfera política.

Quanto à questão da violência, infelizmente, tanto a violência em abstrato, quanto na prática fizeram parte do debate político na USP. O reitor usou da violência para reprimir e enfraquecer o movimento de oposição a ele, majoritariamente composto por estudantes. Ainda, ele se viu obrigado a “enfrentar” um problema de

segurança, que mudou os rumos de seu projeto. Infelizmente, a violência pode fazer parte de um projeto político, mesmo que idealmente gostaríamos que ela não fizesse parte.

Ainda segundo os autores citados, a emergência da esfera social provocaria uma distorção nos limites do que é público e do que é privado, pois ela representa os valores de uma nova forma de organizar a sociedade. Assim, nessa perspectiva, o espaço público atual estaria em risco, pois ele estaria deixando de ser o espaço da discussão política e da razão e estaria deixando de ser um espaço livre de identificações comunitárias. O espaço público estaria deixando de ser o espaço de representação da esfera pública, para ser o espaço de representação da esfera social. Completando com a leitura de Valverde:

De acordo com a obra de Arendt e Habermas, algumas dificuldades emergem dessa origem moderna da noção de espaço público. A primeira dessas dificuldades se encontra nos problemas em separar com precisão aquilo que é público daquilo que é privado. Outra dificuldade seria advinda do rompimento com valores e comportamentos tradicionais para adotar novos padrões de vida urbana. A emergência de uma dimensão social que se situa entre o público e o privado também se constitui em um problema para aplicar a noção de espaço público nos termos que foram inicialmente propostos. O último problema que chamamos atenção aqui se refere à tentativa de associar a discussão sobre o espaço público a um debate ideologizado. Essas circunstâncias diferentes têm efeitos variados sobre a noção de espaço público, ao mesmo tempo qualificando-a e tornando-a pouco clara³⁸.

A passagem citada acima também foi referência para entendermos alguns dos limites das ideias de Arendt e Habermas. Valverde apontou claramente dois problemas específicos nessa abordagem clássica, que são a negligência ou contingência da dimensão espacial sobre o espaço público e o foco na dimensão política em detrimento da dimensão social e cultural³⁹. Isso, pois “de acordo com o modelo grego, a economia, a produção, os esportes, as artes e o cotidiano, por exemplo, não deveriam se encontrar misturados com a esfera pública, e consequentemente, com a esfera política”⁴⁰.

Além disso, essa visão restrita do espaço público apenas como o espaço da política nos moldes gregos e livre de identificações comunitárias, também restringe

38 VALVERDE, Rodrigo R.H.F. *A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/IGEO/PPGG, 2007. P. 86.

39 Ibid., p. 88.

40 Ibid., p. 94.

bastante as análises. Isso, pois ele deixa de lado, por exemplo, toda uma discussão a respeito dos simbolismos no espaço e sua apropriação. Inclusive, a análise de correlações de força a que esse trabalho se propõe seria prejudicada nessa perspectiva clássica, justamente pela supressão da análise ligada as relações sociais e suas representações espaciais.

Essa visão também não necessariamente conseguiria abordar os aspectos complexos da política atualmente, pois ela se baseia na sociedade grega antiga. Nela, ainda não existiam partidos políticos organizados tal qual existe hoje. Estes disputam ideológica e fisicamente todos os níveis na sociedade, o que inclui os seus espaços físicos. Por fim, também se faz necessário dizer que as concepções de sociedade mudaram.

Apesar das críticas que podemos fazer ao modelo econômico vigente, os indivíduos conseguiram uma série de liberdades pessoais que mudaram as suas relações com os outros e com as coisas. Nesse sentido, por exemplo, a violência tanto na esfera pública, quanto na esfera privada, passou a ser algo negativo (embora ainda seja instrumento largamente aplicado pelo Estado, detentor do teórico monopólio sobre a violência).

Essa visão mais critica do que é a sociedade mais atual e de como ela organizou o seu espaço tem influência da Escola de Chicago. Embora ela não tenha utilizado o termo “espaço público”⁴¹, foi importante para incentivar os estudos sobre o urbano e sobre a relação entre identidade e espaço, principalmente nas áreas de Sociologia e Ciência Política, mas também abordando outras disciplinas.

São nomes comumente associados a essa escola de pensamento: Park Burgess, Mead, Park, Harlan Barrows, entre outros. E, com base em Valverde⁴², podemos enumerar algumas características comuns para essa escola de pensamento: (1) era comum o estudo sobre as cidades e o espaço urbano, sendo que este era visto como algo em movimento. Era influenciado pelas disputas entre os atores sociais; (2) a migração (principalmente para os Estados Unidos da América [EUA]) também era um tema popular, assim como a preocupação com a relação dos grupos indenitários com o espaço, ou seja, da relação entre identidade social e território; (3) havia uma tentativa de se combater as teses de caráter preconceituoso

41 Ibid., p. 127.

42 Ibid., p. 126 a 135.

ou até mesmo protofascista do século XIX, recorrendo a uma proximidade com uma abordagem mais ecológica (embora isso não exclua a possibilidade deles mesmos fazerem uma análise preconceituosa); e (4) havia uma preocupação com os estudos empíricos e a valorização de trabalhos de campo.

Percebemos uma diferença significante entre a forma de ver o espaço público pela visão dos filósofos do tema e pela visão dos urbanistas. Essa diferença abrangeu todos os aspectos possíveis e pode ser entendida como o reflexo de uma postura ideológica. Em contrapartida, a visão dos filósofos se aproximou a da Escola de Chicago, pois ambas são visões que de alguma forma ou contestam ou propõe uma análise ou mudança do sistema vigente.

Apesar disso, quanto à contribuição dos urbanistas, podemos dizer que ela tem seu valor, pois está mais ligada aos aspectos práticos, como criação e gestão de espaços públicos e menos a uma discussão crítica e filosófica sobre os mesmos. Essa reflexão mais crítica vem justamente das críticas aos urbanistas, através de análises que tentam entender as relações diversas dentro do sistema econômico vigente. O princípio de uma postura crítica pode ser identificado na Escola de Chicago, ao mesmo tempo em que uma postura crítica mais radical pode ser vista através de pessoas como Jane Jacobs e Henri Lefebvre.

1.2 As diferentes perspectivas geográficas sobre o espaço público

Há um conjunto de geógrafos que discutiram o conceito de espaço público, como: Don Mitchell, Edward Soja, Paulo Cesar da Costa Gomes, Vincent Berdoulay, Ângelo Serpa e Rodrigo Ramos Hospodar Felippe Valverde. Desse conjunto, destacamos três que, da bibliografia lida, auxiliaram na compreensão do objeto desta pesquisa: (a) Angelo Serpa; (b) Don Mitchell; e (c) Paulo Cesar da Costa Gomes. Faz-se necessário dizer que eles são autores com bases teórico-metodológicas diferentes, o que enriquece a discussão. Ainda, se faz necessário dizer que:

A Geografia pouco se ocupou da discussão acerca do espaço público urbano. Com raras exceções, esse tem sido um tema pouco explorado pelos geógrafos. Em um livro lançado em 2002, Gomes busca compreender, na contramão dessa tendência, a contribuição da Geografia para o entendimento do espaço público na cidade contemporânea, baseando-se

em estudos de caso no Brasil, França e Canadá. É uma pesquisa pioneira que pretende lançar bases ‘geográficas’ para análise desse tema, associando os conceitos\noções de espaço público e cidadania. Também o papel do Estado na conformação do espaço público urbano é discutido pelo autor. Gomes defende a ideia de que tais pesquisas, na Geografia, devem nortear-se pela concretude desses espaços, sem perder de vista as práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem⁴³.

Sendo assim, simplificadamente, podemos ponderar algumas diferenças entre as posições dos geógrafos citados acima. Angelo Serpa tem uma matriz de pensamento que dialoga bastante com as ideias da Hannah Arendt e Henri Lefebvre. Daí a preocupação, por exemplo, com a acessibilidade aos espaços e o quanto esses espaços servem aos interesses da especulação imobiliária, reiterando uma segregação socioespacial. Sua definição de espaço público aparece resumida na seguinte passagem:

O espaço público é aqui compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política na contemporaneidade. Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação, como mercadoria de consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos.

É visto ainda como espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos⁴⁴.

O acesso foi um tema sensível e de destaque ao longo do estudo empírico. Tratamos tanto do acesso físico ao espaço institucional, quanto à instituição em si. Ainda, apesar do foco nos usos dos estudantes, não pudemos ignorar os usos que a sociedade deu para a USP. Além de ser uma universidade, as áreas verdes tornam-se um atrativo para quem quer, por exemplo, praticar esportes ou caminhar com o cachorro. Ainda, ela também é uma rota de trânsito.

Sendo assim, políticas como o Bilhete Único da USP (BUSP), que apenas é dado para professores, alunos e trabalhadores concursados da Universidade, podem ser encaradas como uma forma de restringir o acesso a Universidade. Não obstante, o fato de ser uma área relativamente grande e verde em São Paulo a coloca como uma espécie de bônus na região, o que valoriza os preços dos imóveis da região.

43 SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 1ª edição, segunda reimpressão. P. 15.

44 SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 1ª edição, segunda reimpressão. P. 9.

Por outro lado, o espaço da Universidade garante ao espaço público que ela comporta a reprodução de diferentes ideias de cultura e de apropriação cotidiana de estudantes ou não-estudantes. Porém, o foco de nossos estudos não era a relação abstrata do mercado com um espaço.

Don Mitchell, autor em qual buscamos fundamentos para nossa própria formulação, também dialoga bastante com Lefebvre, entre outros autores, principalmente na questão do direito a cidade. Sendo assim, ele também se preocupou com a questão da representação política e da acessibilidade, mas isso se articulou à questão do direito institucional e das leis.

Mitchell começou sua linha de raciocínio explorando aspectos da ideia desenvolvida por Lefebvre de direito a cidade. Em linhas gerais, esse conceito parte do pressuposto que a cidade é um local heterogêneo onde há interação social e troca de experiências. Mas para essas trocas acontecerem, é necessário que as pessoas possam morar na cidade, ou seja, ter o direito a habitá-la. Entretanto, como vivemos em uma cidade burguesa, que é a cidade contemporânea, esse direito à cidade é alienado, pois a cidade é construída *para* nós, em vez de *por* nós.

A partir desse pressuposto, Mitchell fez algumas considerações a respeito da importância do estudo do sistema jurídico e, mais especificamente das leis. O ponto central do argumento é que a luta por direitos produz espaços e, para o direito a cidade se concretizar, ele pressupõe a apropriação do espaço público pelas pessoas. Como no livro são apresentados vários estudos de caso, em cada um ele aborda uma faceta da relação entre Estado e sociedade civil, bem como a diferença de projetos apresentadas por cada um ou pelos diferentes grupos que os compõe. Em suas palavras:

(...) Esse direito [a cidade], como espero que fique claro no decorrer deste livro, é dependente do espaço público. Mas o que é espaço público - e quem tem direito a ele - raramente é claro e, certamente, não pode ser estabelecido de forma abstrata. Eu apresento em ordem histórica aproximada, portanto, uma série de estudos de casos conectados que exploram a relação entre exclusão social, direitos sociais e justiça social no espaço público americano. As ligações entre estes estudos são muitas, mas incluem uma preocupação com a relação entre o ativismo social e as mudanças nas leis do espaço público; o papel de atores marginalizados (trabalhadores migrantes, moradores de rua) como um foco de exclusão social; a necessidade de não apenas produzir espaço público (como tantos trabalhos em geografia estudaram), mas para ativamente toma-lo, se uma reivindicação por direitos é para ser feita; e um conjunto de questões sobre

a dialética da ordem e da desordem, como é trabalhado em lugares específicos nos momentos críticos (...)⁴⁵.

Assim, dos exemplos trabalhados por Mitchell, o que daremos destaque é para o estudo do Parque das Pessoas ou no original *People's Park*. Este fica localizado na Universidade de Berkeley, Califórnia, Estados Unidos. Apesar do nome, se trata de uma praça, cujo histórico de disputas espaciais remonta a década de 1960⁴⁶. O importante a ser destacado é que se trata de um espaço que inicialmente não era da Universidade e foi adquirido em 1967, com a finalidade de ser um local de moradia estudantil.

A Universidade chegou a demolir o que havia no terreno, mas não teve verbas para continuar a construção. Assim, o terreno ficou vazio por algum tempo, até que as pessoas começaram a ocupá-lo e fizeram dele um parque. Entretanto, em 1969, os projetos de criar moradias nesse espaço voltaram. Então, durante a década de 1970 e 1980, houve uma série de embates no parque, inclusive com sérios confrontos entre policiais e ativistas que defendiam o parque. No fim, o parque ficou abandonado e moradores de rua se apropriaram dele, o que promoveu um movimento de repulsa muito grande ao parque, a partir de 1990. A conclusão a que chegou Mitchell foi a seguinte:

(...) A própria sobrevivência do Parque do Povo em face de tantas pressões para "reforma" é um testemunho da capacidade de luta constante para se manter uma certa visão de espaço público. (...) Esta visão - e o seu oposto - pode ser entendida em condições espaciais levemente diferentes. O espaço público é, em alguns sentidos, uma utopia. O ideal de um espaço não mediado nunca pode ser encontrado - nem o ideal de um espaço totalmente controlado no qual o público se encontra adulado pelo esplendor do espetáculo, mas nunca esta sobre nenhum tipo de "risco"⁴⁷.

45 Tradução livre de: "(...) That right, as I hope becomes clear in the course of this book, is dependent upon public space. But just what public space is – and who has the right to it – is rarely clear, and certainly cannot be established in the abstract. I present in rough historical order, therefore, a series of linked case studies that explore the relationship between social exclusion, social rights and social justice in American public space. The links between these studies are many, but include a concern with the relationship between social activism and changes in public space law; the role of marginalized actors (migratory workers, the homeless) as a focus of social exclusion; the need not just to produce public space (as so much work in geography has studied) but to actively take it, if a claim of right is to be made; and a set of questions about the dialectic of order and disorder as it is worked out in specific places at critical times (...)" MITCHELL, Don. *The right to the city: social justice and the fight for public space*. London: Guilford Press, 2003. P. 5 e 6.

46 MITCHELL, Don. *The right to the city: social justice and the fight for public space*. London: Guilford Press, 2003. P 106.

47 Tradução livre de: "(...) The very survival of People's park in the face of so many pressures to "reform" it is testimony to the ability of ongoing struggle to maintain a certain vision of public space. (...) This vision – and its opposite – can be understood in slightly different spatial terms. Public

Nesse sentido, o autor formulou o espaço público como um lugar de conflito. O espaço seria tanto física como conceitualmente disputado por projetos distintos. E ambos os projetos se apresentariam como utopias. De um lado, estaria a utopia do espaço inteiramente entregue ao povo, que realizaria por completo seu direito à cidade. De outro, estaria a utopia do espaço inteiramente segregado e controlado:

Temos, então, uma dialética. Utopias da forma espacial (nas quais o sonho de um espaço público perfeitamente ordenado, como embutido em leis contra moradores de rua ou anti-piquete é um exemplo) são "perturbadas" pelos processos sociais que devem ser postos em prática para tornar realidade a utopia. E qualquer utopia do processo social (na qual o sonho de um espaço público totalmente democrático e inclusivo é certamente um exemplo) deve inevitavelmente ser "perturbada" pela forma espacial que assume. A luta social - os tipos de lutas que fundamentam as análises dos capítulos anteriores, mesmo quando todo o foco dessas análises se concentra na análise do lado oposto da luta, a implementação de uma ordem social repressiva - continua a ser fundamental para a estruturação e formação da justiça social. E é por isso que, de acordo com Van Deusen (2002), o espaço público deve ser entendido como um indicador dos *regimes* de justiça vigentes em qualquer momento particular. O espaço público é, neste sentido, o espaço da justiça. Não é apenas o espaço onde o direito à cidade é objeto de luta; é onde ele é implementado e representado. É onde a utopia tanto ganha forma espacial como se torna uma mentira. Utopia é impossível, mas a luta constante em direção a ela não é⁴⁸.

A disputa entre os distintos projetos e visões (utopias) sobre o espaço público se expressaria em lutas sociais concretas. Nesse sentido, a forma que os regimes sociais lidam com o espaço público e, portanto, com as disputas nele realizadas, definiriam o quanto opressor é aquele regime. O estudo do espaço público

space is, in some senses, a utopia. The ideal of an unmediated space can never be met – nor can the ideal of a fully controlled space in which the public bask in the splendor of spectacle but is never at any sort of “risk.” MITCHELL, Don. *The right to the city: social justice and the fight for public space*. London: Guilford Press, 2003. P. 233 e 234.

48 Tradução livre de: “We have, then, a dialectic. Utopias of spatial form (of which the dream of a perfectly ordered public space as encapsulated in antihomeless or anti-picketing laws is one) are “upset” by the social processes that must be put in place to make utopia reality. And any utopia of social process (of which the dream of a fully democratic and inclusive public space is surely one) must inevitably be “upset” by the spatial form that it takes. Social struggle – the sorts of struggles that underlie the analyses of the preceding chapters even when all the weight of those analyses seems to come down on the side of struggle’s opposite, the implementation of a repressive social order – remains critical to the actual structuring and shaping of social justice. And this is why, following Van Deusen (2002), public space *must* be understood as a gauge of the *regimes* of justice extant at any particular moment. Public space is, in this sense, the space of justice. It is not only the space where the right to the city is struggled over; it is where it is implemented and represented. It is where utopia is both given spatial form and given lie to. Utopia is impossible, but ongoing struggle toward it is not.” MITCHELL, Don. *The right to the city: social justice and the fight for public space*. London: Guilford Press, 2003. P. 234 e 235.

seria, dessa forma, o estudo: (a) dos projetos e visões que disputam o espaço; (b) das formas que a luta social se dá em torno dos distintos projetos; e (c) como o regime social vigente lida com essas lutas.

Aqui se apresentou uma chave promissora para o estudo da USP, e de outros espaços públicos onde haja disputas constantes. Dado o caráter da Universidade em questão, os conflitos entre os projetos da reitoria e os da comunidade podem ser caracterizados como parte constitutiva do espaço. Não se trata apenas de discutir se houve ou não conflitos, pois eles sempre existirão. Se trata de entender como esses conflitos foram tratados. A proposta de Don Mitchell nos ajuda a entender porque Rodas foi considerado um reitor autoritário pelo estudantes. No entanto, ainda carece de alguma ferramenta que permita analisar de forma mais sistemática como se deram os conflitos, o que os motivou, e no que resultaram.

Por fim, buscamos em Paulo Cesar da Costa Gomes contribuições fundamentais. O autor não partiu da matriz lefebvriana, e dentre outras influências, deu destaque para o sociólogo alemão F. Tönnies. Com isso desenvolveu as ideias de nomoespaço e genoespaço. Esses conceitos articulam a ideia de território, política e cidade e visam dar luz a existência de duas formas de se apropriar do espaço: uma normativa institucional e outra comunitária. Essas formas podem ou não coexistir pacificamente.

A primeira coisa que Tönnies fez foi separar as origens das vontades humanas em dois grupos e é isso que deu origem a duas formas de agrupamento humano: (1) a vontade orgânica (Wesenwille), que se constrói num contexto afetivo e origina um tipo de organização comunitária, fundada em laços familiares ou de afinidades. Essas relações comunitárias são regidas pelos costumes e recebem o nome de Gemeinschaft e (2) a vontade refletida (Kurwille), que se constrói a partir das vontades refletidas, justificadas pela lógica e por relações formais. Os indivíduos são regidos por laços do direito, formando organizações sociais chamadas de Gesellschaft.

Segundo Gomes, isso permitiu que o autor em destaque fizesse três considerações sobre o espaço antes de qualquer geógrafo e aqui destacamos duas: (a) a construção do espaço define-se como uma condição fundadora de novas

dinâmicas sociais; (b) as ideias de Tönnies trazem consigo a questão do tempo e do espaço, nos dando a impressão de que só os *Gesellschaft* possuem territorialidade definida, ou seja, nas palavras de Gomes:

A predominância do que ele chamou de princípios, o temporal e o espacial, são formas de evolução social. Assim, a criação de um espaço político, portanto de uma territorialidade, é privilégio das sociedades de direito. Nesse sentido, é como se as comunidades, fundadas em laços de consanguinidade ou afinidade, não estabelecessem vínculos espaciais, mas apenas temporais⁴⁹.

Por fim, cabe destacar a terceira consideração que Gomes faz sobre Tönnies. Ela foi separada das demais, pois também traz uma crítica a respeito das ideias de Tönnies e é importante para percebermos a diferença entre os dois autores:

Por fim, o terceiro aspecto que gostaríamos de assinalar é o fato de Tönnies chamar o espaço público de 'grande cidade'. Teria sido possível ele ter associado essa nova forma, advinda da evolução do princípio espacial, de Estado. A decisão de identificar a sociedade moderna à 'grande cidade' se explica, em primeiro lugar, pelo fato de que em grande parte Tönnies associava a comunidade ao universo rural e, parafraseando Marx, propunha ver a História como um resumo da oposição campo-cidade. Em segundo lugar, a grande cidade, como ele nos diz, é o transbordamento da forma em dois sentidos, o da forma política, associação entre indivíduos, espaço de regras e da racionalidade lógica do julgamento e, simultaneamente, o da expansão física da forma urbana. Em resumo, se nos for permitido dizer, é o transbordamento da polis, da cidade, como nós tentamos definir aqui, desde o início deste trabalho⁵⁰.

Dessa divisão teriam surgidos os conceitos de nomoespaço e genoespaço, desenvolvidos por Gomes. Tais podem ser apropriados para o estudo de nosso objeto. Por nomoespaço entende-se a relação social com o território regida por leis, criadas por indivíduos, que são "unidades autônomas, com variadas gamas e níveis de expectativas, interesses, propostas e práticas sociais"⁵¹. Em outras palavras, é um espaço definido por um grupo de pessoas, unidas por interesses comuns, que para se organizar criam normas de conduta logicamente justificadas sob a forma de leis, que costumam ser estáveis.

Por genoespaço, entende-se que a relação entre território e sociedade pressupõe a existência de grupos ou comunidades. O que caracteriza esses grupos

49 GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A Condição Urbana – Ensaios de Geopolítica da cidade*. Bertrand Brasil, 2002. P. 111.

50 Ibid., p. 112.

51 Ibid., p. 31.

é uma identidade comum e própria, constituída por traços étnicos, familiares, culturais, históricos, morfológicos, comportamentais que podem se combinar ou não. Outra característica é que esses grupos se formam a partir da comparação com o que é considerado diferente. Nesse tipo de organização espacial, as fronteiras não são bem definidas, ou seja, são fluidas e instáveis. O espaço que deve ser preservado é aquele ligado a origem e a identidade do grupo e a identidade deste só é mantida mediante a constante oposição com outros grupos.

Capítulo 2: Princípios para a organização do espaço da USP entre 2010 e 2013

A gestão Rodas significou uma transição. Em um momento orçamentário favorável, foram concretizadas diversas propostas que tiveram origem em outras gestões. Porém, os compromissos assumidos neste bom momento, transformaram-se num fardo. Ao fim de 2013 e começo de 2014, isso ficou evidente. O grande número de obras, o aumento de bonificações a professores e funcionários e o aumento das bolsas internacionais foram exemplos de medidas tomadas que tiveram impacto no orçamento, gerando uma grande crise na Universidade. Todas as mudanças foram justificadas por um discurso que reiterava a importância da graduação, de uma instituição forte e a internacionalização da mesma.

Durante o período de 2010 a 2013, as grandes ações de resistência partiram dos estudantes. Estes parecem ter sido os únicos a perceber que o projeto de Rodas teria poucas chances de se prolongar. Na verdade, essa atuação se deu de forma reativa. Não se tratou de uma visão de longo prazo por parte dos jovens. A oposição destes se baseava numa crença de que uma proposta feita sem consultar a Universidade só poderia estar ligada a interesses pessoais do reitor e que isso prejudicaria a comunidade uspiana.

Ainda, a resistência foi uma necessidade concreta resultante do fato das mudanças impostas por Rodas ameaçarem os usos dados pelos estudantes às diversas localidades da USP. Essas mudanças impactaram todos os usos da USP enquanto um espaço público. Mesmo sem análises cautelosas dos gastos da reitoria, os estudantes sabiam que a recusa em discuti-los, por parte da burocracia universitária, não podia ser bom sinal.

No presente capítulo e no seguinte, faremos uma análise de como transcorreu essa disputa entre o corpo estudantil e a reitoria. Inclusive, delineamos duas dinâmicas diferentes: uma de 2010 a 2011 e outra de 2012 a 2013. Entendemos que a disputa entre reitoria e estudantes é, antes de qualquer coisa, uma disputa entre dois grupos com formas distintas de se organizar e, consequentemente, com projetos políticos diferentes.

A fim de esclarecer este aspecto, recorremos aos conceitos de nomoespaço

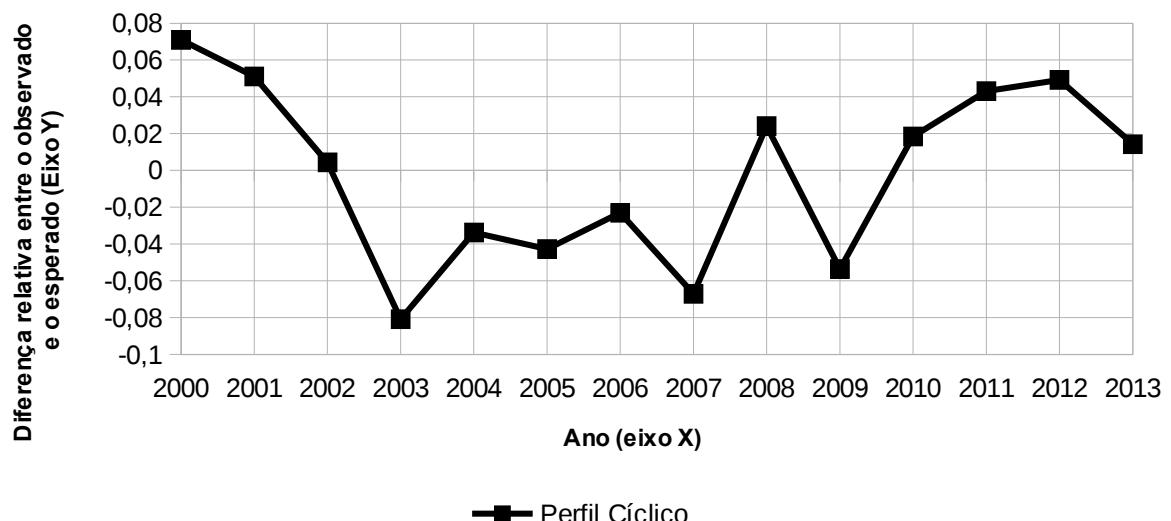
e genoespaço desenvolvidos por Paulo Cesar da Costa Gomes. Assim, de um lado estaria o nomoespaço, entendido como o espaço normatizado segundo critérios lógicos e estáveis e com espaço territorial fixo. Seriam exemplos a reitoria ou o Estado brasileiro. Do outro lado, estaria o genoespaço. Este seria o espaço do grupo, da comunidade. As normas de convivência não são necessariamente estáveis ou logicamente justificadas e seu espaço territorial é fluido. Os estudantes e suas diversas organizações estão encaixados neste conceito.

Por fim, abordaremos os aspectos dessa relação na visão de cada grupo. Assim, a análise da dinâmica da reitoria, esta dividida da seguinte forma: (a) um panorama geral sobre o orçamento da USP; (b) análise quantitativa do USP Destaques como ferramenta de propaganda do projeto da reitoria (nomoespaço); e (c) análise qualitativa da atuação da reitoria entre 2010 e 2013. A leitura da dinâmica dos estudantes, desenvolvida no capítulo 3, esta dividida da seguinte forma: (a) análise quantitativa do Jornal do Campus como veículo de notícias da comunidade USP (genoespaço); e (b) análise qualitativa da atuação do genoespaço frente ao projeto da reitoria no período analisado. Por fim, há apontamentos gerais decorrentes do estudo empírico.

2.1 A USP e algumas reflexões sobre seu orçamento

Um fator importante para a presente análise foram as condições orçamentárias da USP, considerando apenas a arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Boa parte dos projetos implementados pela reitoria demandaram gastos volumosos, além da mobilização política. Quando se tratou das disputas dentro da Universidade, um argumento que surgiu contra diversos reitores foi que haveria abandono e falta de investimento em equipamentos e estrutura física por parte da reitoria. Esse não foi o caso da gestão Rodas. Para verificar isso, analisamos o desempenho orçamentário da USP frente ao número de alunos matriculados.

Gráfico 001: Perfil Cíclico do orçamento real da USP explicado pelo número de alunos matriculados, 2000 a 2013



Fonte primária dos dados: Anuário Estatístico USP. Tratamento matemático por Letícia M. Vieira e Apoena C. Cosenza. Elaboração final do gráfico: Letícia M. Vieira.

No gráfico acima (gráfico 001) há, no eixo Y, o valor percentual dos resíduos em relação ao orçamento real observado. No eixo X, está a data referente. A linha preta representa a descrição gráfica do perfil cíclico do orçamento real pelo número de matriculados na graduação. Essa regressão permitiu verificar os momentos em que houve falta de verbas em relação ao crescimento de matriculados (para valores abaixo de zero), e momentos de excedente do orçamento (valores acima de zero).

Observam-se três conjunturas diferentes: (a) de 2000 a 2003, houve piorias nas condições do orçamento, atingindo o pior período em 2003; (b) de 2004 a 2009, ocorreu um processo de recuperação accidentada do orçamento. De 2004 a 2007, o orçamento esteve abaixo do necessário para o crescimento da graduação da USP, com forte crise em 2007. Houve recuperação em 2008, com uma nova crise em 2009; e (c) de 2010 a 2013, o orçamento disponível cresceu acima do previsto pelo número de alunos, o que significou excedente orçamentário. Essa conjunção permitiu um cenário favorável, no que diz respeito à possibilidade de realização de projetos de modificação espacial no período da gestão Rodas. Porém, 2013 já apresentou uma tendência de queda significativa, frente aos aumentos dos anos anteriores.

Ainda, foi possível perceber que: os períodos de maior mobilização política

na USP na última década ocorreram em períodos de baixa de verbas em relação ao crescimento de alunos, com exceção da atual gestão. Destacamos também que houve greves fortes nos anos de 2002⁵², 2005⁵³, 2007⁵⁴ e 2009⁵⁵. Elas coincidiram, de forma geral, com quedas relativas no orçamento frente ao número de alunos. Há que se ponderar que houve uma tendência de crescimento no perfil cíclico, o que corresponderia a uma tendência histórica de melhoria do orçamento para os últimos dez anos.

Desde que o Rodas assumiu, mesmo as críticas contra a reitoria tendo se tornado cada vez mais fortes, o movimento estudantil pareceu minguar em força política. Nesse contexto, houve avanço da reitoria e retrocesso do movimento em termos de correlação de forças, como ficará claro nas próximas páginas.

Então, foi possível interpretar que a realização de reformas não foi uma escolha simplesmente pessoal do Reitor. Essas reformas foram possibilitadas por vários fatores conjunturais e, de certa maneira, alheios a Universidade. Isso, pois boa parte da verba da USP vem da arrecadação, por exemplo, de ICMS. Então, o que se colocou como questão foi o tipo de projeto que se pretendeu por em prática. Assim, não estamos estudando apenas conflitos pontuais, estamos estudando um processo que levou a USP a uma crise ainda não resolvida.

A fim de complementar a análise, apresentamos a tabela abaixo (tabela 003). Nela colocamos os valores percentuais, em relação ao total orçamentário, dos gastos com funcionários e infraestrutura. Percebemos que o gasto com a folha de pagamentos variou muito ao longo dos anos, o que significou que a proporção dos gastos dependeu muito da disponibilidade do orçamento. Por outro lado, os gastos com obras tiveram um aumento relativo. Isso demonstrou uma política de aumento dos gastos deste tipo.

52 O ponto central dessa greve era conseguir mais professores e ela se concentrou na FFLCH.

53 Greve que se difundiu e tinha como ponto central a revogação do chamado “Veto do Alckmin”, que diminuía verbas para a educação.

54 Uma das greves mais fortes da USP, tinha diversas pautas, mas foi motivada pelo Decreto de Lei de José Serra que, dentre outras coisas, reduziria a autonomia da USP. O decreto foi reformulado através de um Decreto Declaratório, como resultado da greve de 2007.

55 Foi uma greve que se colocava contra a polícia militar no *campus*.

Tabela 003: Gastos da USP com pessoal e obras em porcentagem (%), em relação ao total do orçamento

Ano	Gasto com pessoal	Gasto com obra
2009	86,33	1,20
2010	87,50	1,08
2011	80,00	2,34
2012	85,00	2,35
2013	92,82	1,93

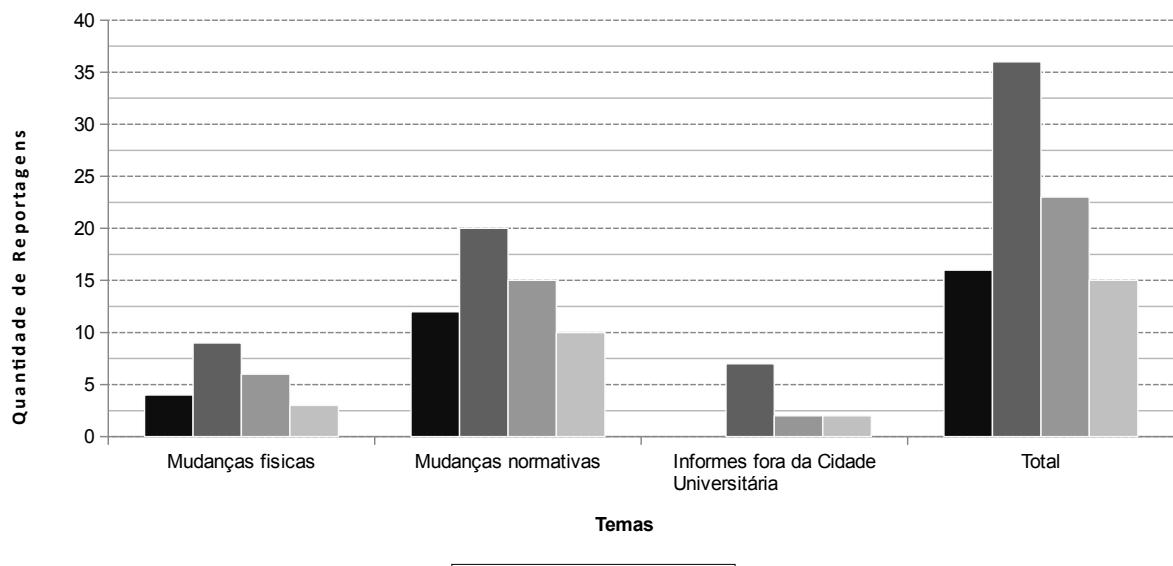
Fonte primária dos dados: Anuário Estatístico USP. Tratamento matemático e elaboração final do gráfico: Letícia M. Vieira.

Como o projeto de Rodas se sustentava em um momento orçamentário bom, quando a partir de 2013 o orçamento real da USP diminuiu, o projeto também se viu em risco. O aumento dos gastos no período 2010 a 2013 incluiu tanto os gastos com reformas, quanto o aumento dos gastos com folha de pagamento. Uma vez que o orçamento haja cessado de crescer, os aumentos salariais tendem a sufocar o orçamento disponível. Ainda, mesmo que não se faça novas obras, alguns gastos com elas precisam ser mantidos. Nesse cenário, a aposta feita em um momento economicamente positivo levou a uma situação de difícil saída. A pior delas seria culpar os gastos com folha de pagamento, haja visto que ele foi resultado da política da reitoria de Rodas.

2.2 O nomoespaço da USP sob a gestão Rodas: uma visão geral pelo USP Destaques

Para buscar entender qual teria sido o projeto desenvolvido pela reitoria para a USP, um instrumento que pode ser investigado é o USP Destaques. Por se tratar de um órgão informativo, ele serviu como ferramenta de propaganda da reitoria. Neles, foi possível perceber aspectos do projeto da gestão João Grandino Rodas. Com esse intuito, os resultados da investigação foram organizados na forma de gráficos que auxiliam o debate sobre o tema.

Gráfico 002: Tipos de informes dos USP Destques em valor bruto (2010-2013).

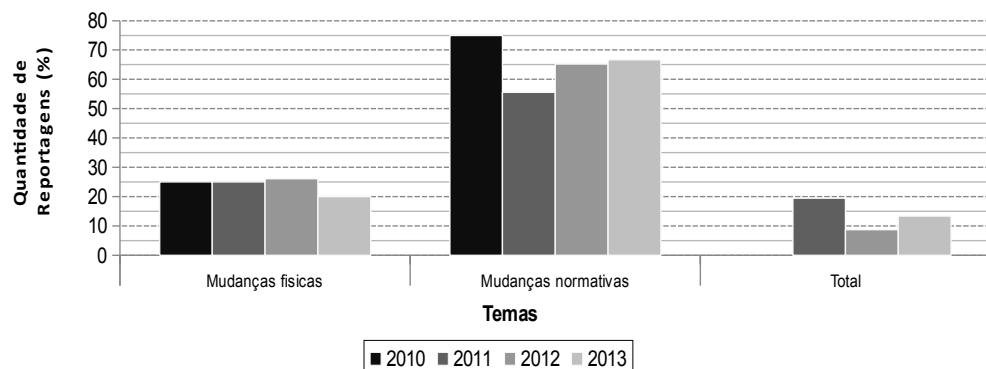


Fonte: USP Destaques. Dados de Janeiro de 2010 a Dezembro de 2013. Elaboração: Letícia M. Vieira.

No gráfico acima (gráfico 002), temos os tipos de informes do USP Destaques. No eixo horizontal temos os temas das categorias nas quais eles foram classificados e no eixo vertical temos sua quantidade bruta. Além disso, as colunas foram representadas por cor de acordo com um ano (de 2010 a 2013), e essas foram aglutinadas segundo o tema em que as reportagens foram classificadas. Ainda, há um último conjunto que indica o total de USP Destaques no ano.

Podemos perceber que as mudanças físicas, normativas e o total apresentam dinâmica parecida, onde a maior quantidade de jornais foi publicada em 2011 e a menor em 2013. Também podemos perceber maior quantidade de jornais falando sobre mudanças normativas do que físicas. Também é interessante notar que em 2010 não houve destaque para nenhum campus específico da USP, a não ser o *campus Butantã*.

Gráfico 003: Tipos de informes dos USP Destques em porcentagem (2010-2013).



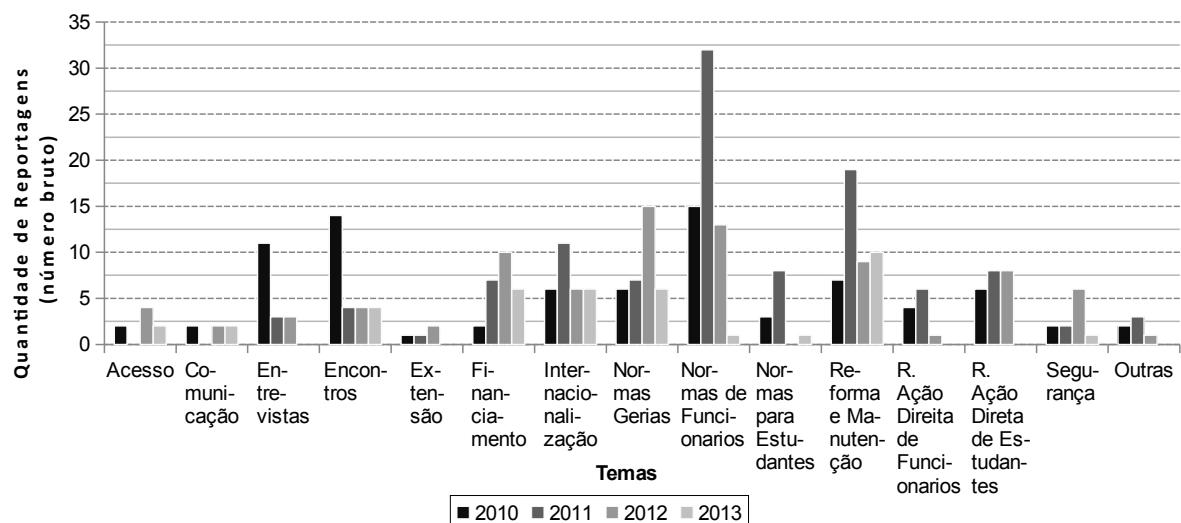
Fonte: USP Destaques. Dados de Janeiro de 2010 a Dezembro de 2013. Elaboração: Letícia M. Vieira.

O gráfico acima (gráfico 003) está organizado da mesma forma que o anterior, mas trata do peso relativo (em porcentagem) quanto ao tipo de informes do USP Destaques. É possível observar que (a) há 92 USP Destaques no total, mas 22⁵⁶ tratam da infraestrutura da Cidade Universitária, o que corresponde a cerca de vinte e quatro por cento (23,91%) de todos os USP Destaques; e (b) que as normas representaram sempre mais do que cinquenta por cento (50%) dos informes. Esse tipo de descrição gráfica pode ser interpretado de duas formas: (i) teria havido uma espécie de cota para cada tipo de informes no USP Destaques, seguindo um programa editorial pré-definido; ou (ii) as mudanças nos espaços físicos estavam subordinadas a um projeto de mudanças normativas na USP.

No gráfico abaixo (gráfico 004), temos os temas retirados do USP Destaques. No eixo das abscissas temos os temas das categorias nas quais eles foram classificados e no eixo das ordenadas temos seu valor bruto. Além disso, as colunas foram representadas por cor de acordo com o ano (de 2010 a 2013), e essas foram aglutinadas segundo o tema em que as reportagens foram classificadas.

56 1) nº 005 de 24.09.2010; 2) nº 009 de 22.10.2010; 3) nº 012 de 12.11.2010; 4) nº 013 de 19.11.2010; 5) nº 019 de 11.02.2010; 6) nº 023 de 25.03.2011; 7) nº 033 de 13.06.2011; 8) nº 037 de 22.08.2011; 9) nº 040 de 16.09.2011; 10) nº 046 de 23.11.2011; 11) nº 048 de 05.12.2011; 12) nº 050 de 12.12.2011; 13) nº 051 de 19.12.2011; 14) nº 053 de 20.01.2012; 15) nº 054 de 31.01.2012; 16) nº 057 de 17.02.2012; 17) nº 066 de 05.06.2012; 18) nº 070 de 28.08.2012; 19) nº 071 de 13.09.2012; 20) nº 081 de 04.06.2013; 21) nº 089 de 06.09.2013; e 22) nº 090 de 25.09.2013.

Gráfico 004: Temas que apareceram nos USP Destaques (2010-2013).



Fonte: USP Destaques. Dados de Janeiro de 2010 a Dezembro de 2013. Elaboração: Letícia M. Vieira.

Percebemos que em 2010 houve muita ênfase na divulgação de eventos e na realização de entrevistas. Houve, ainda, certa ênfase nas normas para funcionários. Em 2011, o grande destaque foi para o número de informes a respeito das normas de funcionários e de reforma e manutenção. O número de vezes que o tema internacionalização foi tocado também é relevante. Em 2012, a categoria normas gerais foi a que mais se destacou, seguida de normas para funcionários e financiamento. Em 2013, houve o destaque para a categoria reforma e manutenção, seguida de financiamento, internacionalização e normas gerais, tendo essas três últimas o mesmo número de reportagens.

É interessante notar que, quando somamos a quantidade de menções que cada categoria recebeu ao longo desses quatro anos, a lista de itens mais discutidos fica com a seguinte ordem: (1) Normas para Funcionários (63 menções); (2) Reforma e manutenção (43 menções); (3) Normas Gerais (34 menções); (4) Internacionalização (29 menções); (5) Encontro (26 menções); (6) Financiamento (25 menções); (7) Resposta de ação direta a estudante (22 menções); (8) Entrevistas (17 menções); (9) Normas para estudantes (12 menções); (10) Resposta a ação direta de funcionário, e Segurança (11 menções cada); (11) Acesso (8 menções); (12) Comunicação e Outras (6 menções cada); e (13) Extensão (4 menções).

Ao tomar o USP Destaques como o órgão publicitário do projeto da reitoria de Rodas, foi possível apresentar algumas hipóteses, que ajudam a elucidar as mudanças no espaço físico como consequência de um projeto para a Universidade. Ao assumir a reitoria, João Grandino Rodas iniciou um processo de discussão, elaboração e implementação de um projeto. Mas, só a partir de 2011, este ficou mais claro. Isso, pois foi nesse momento que a reitoria passou a apresentar os seus projetos de forma afirmativa. Ela mostrou, por exemplo, plantas de reforma e planos de reestruturação de carreira.

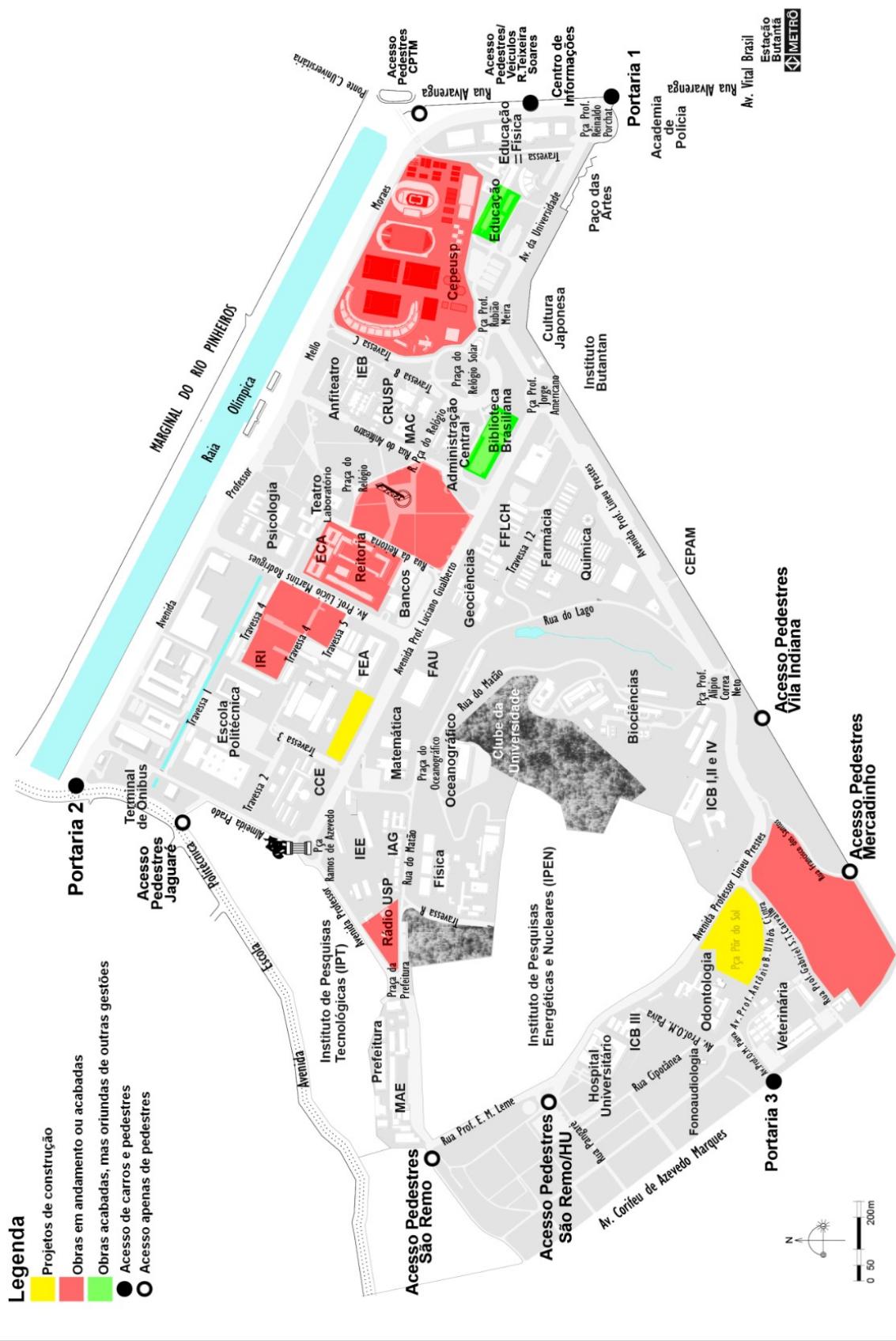
Possivelmente, o que explicou a importância dada para cada tema do gráfico, foi que o objetivo dessa reitoria teria sido: (a) o fortalecimento institucional da USP (daí o foco em normas para funcionários e normas gerais); (b) a adequação física do espaço de acordo com esse fortalecimento da instituição; e (c) o fortalecimento do processo de internacionalização da USP, buscando reconhecimento da comunidade internacional, ao invés do da própria comunidade USP.

Dessa forma, a USP teria sido gerida como uma empresa, onde o que importaria seria a relação dos funcionários com a própria instituição, a fim de atingir metas. Essas metas não teriam sido a melhoria da formação dos estudantes, nem a qualidade ou relevância da produção científica, muito menos o de promover a cultura e a extensão. Ainda, foi possível tirar dos USP Destaques os lugares que sofreram intervenções ou que ainda sofreram. Com base nisso, desenvolvemos o mapa que segue (“mapa com as mudanças espaciais propostas pela reitoria da USP”).

Mapa com as mudanças espaciais propostas pela Reitoria da USP

Legenda

- Projetos de construção
- Obras em andamento ou acabadas
- Obras acabadas, mas oriundas de outras gestões
- Acesso de carros e pedestres
- Acesso apenas de pedestres



Dados: USP Destaques. Base Cartográfica: Prefeitura do Campus. Elaboração própria. Áreas aproximadas.

O estudo exclusivamente do USP Destaques poderia levar aos seguintes erros: (a) indução à percepção equivoca que o projeto da reitoria teria se resumido ao divulgado no USP Destaques; (b) que o projeto teria sido percebido pela comunidade tal qual ele foi divulgado; e (c) que teria sido implementado sem muitas consequências colaterais. Para evitar esses equívocos, foi necessária a investigação das reportagens do Jornal do Campus. Isso permitiu a percepção da importância dada pela comunidade da USP a alguns tópicos e acontecimentos. Assim, nos dois tópicos que seguem sobre a análise qualitativa de 2010 a 2013, consideramos os aspectos apresentados tanto no USP Destaques, quanto no Jornal do Campus. Porém, mantivemos uma linha descritiva sobre os acontecimentos com participação mais ativa da reitoria.

2.3 Análise qualitativa do momento um: de 2010 a 2011

A gestão do reitor João Grandino Rodas, durante o período analisado, foi marcada por fatos que geraram debates tanto dentro da comunidade universitária, quanto fora dela. O primeiro teria sido a própria escolha dele para reitor, em 2009. Ele era o segundo nome da lista tríplice enviada para o Governador, que na época era José Serra. Isso, pois a cada eleição de reitor para a USP, uma lista com três nomes de candidatos para reitor é feita (através de um complexo processo eleitoral) e enviada para o governador escolher o nome do reitor. Via de regra, os governadores sempre escolheram o primeiro colocado. Porém, Serra escolheu Rodas, que era o segundo colocado⁵⁷.

Assim que João Grandino assumiu, já haviam demandas da comunidade USP referentes a diversos tipos de problemas, por exemplo: (1) falta de estrutura no Centro de Práticas Esportivas (CEPE); (2) falta de salas de aula e salas de estudo; e (3) deficiências para a locomoção no *campus*, em especial para os deficientes físicos. No entanto, ao invés de buscar escutar diretamente a comunidade, o Reitor decidiu chamar os dirigentes das faculdades e institutos para formular um projeto que guiaria sua gestão. Assim, entre 26 e 27 de Agosto de 2010, aconteceu o primeiro Encontro de Dirigentes da USP (GEINDI). Embora ele tenha acontecido

⁵⁷ Dados: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,serra-escolhe-2-da-lista-triplice-para-reitor-da-usp,465898,0.htm> (último acesso: 08\11\2014).

anualmente, esse primeiro encontro foi o que mais ganhou publicidade nos USP Destaques.

Ainda em seu primeiro ano de gestão, o Reitor enfrentou três debates que permearam esse ano inteiro: (a) o diálogo com a CPTM a respeito da construção da estação do metro Butantã (linha amarela), e como seria a integração com a USP; (b) a proibição da venda de bebidas alcoólicas nos *campi* da Universidade, o que prejudicou o lucro das entidades estudantis, logo no começo de Março de 2010; e (c) a demanda por melhorias na política de permanência estudantil. Esta culminou, em 17 de Março de 2010, na ocupação do piso térreo do bloco G. Este era usado pela Divisão de Promoção Social da Coordenadoria de Assistência Social⁵⁸ (Coseas), como uma espécie de sede administrativa, mas originalmente estava destinado a ser moradia estudantil. O movimento ficou conhecido como “Moradia Retomada”.

Desses três, o tema de financiamento das atividades estudantis foi o que menos ganhou destaque. Em teoria, as Atléticas foram as mais prejudicadas com a proibição das vendas de bebidas alcoólicas. Isso, pois elas eram as entidades que mais realizavam festas para, por exemplo, financiar as inscrições de atletas em competições universitárias. Já o acesso físico ao *campus* e o acesso efetivo a comunidade uspiana, ganharam muita repercussão por meio de debates pontuais sobre esses temas gerais (ver Figura 001).



Figura 001 - Exemplo de debate pontual sobre espaço na USP: Charge publicada dia 22 de Abril de 2010 no Jornal do Campus, Edição 364 (disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2010/04/charge-364/>). Ela mostra a insatisfação dos

58 A partir de 2012, a Divisão de Promoção Social da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas) passou a ser chamada de Superintendência de Serviço Social (SAS).

alunos de física com a precarização das suas salas de estudo. Ela foi feita por Carol Rodrigues. A reportagem contando os problemas da sala se encontra na mesma edição do Jornal, sob o título “Salas de estudo causam desentendimentos” e foi escrita por Alice Agnelli.

Os pontos específicos quanto acesso físico se concentraram nas discussões sobre: (a) a integração entre USP e Estação de metro, onde havia um projeto de integrar a Cidade Universitária, a Estação Butantã, a Estação da CPTM e o Largo da Batata gratuitamente, mas na prática o projeto foi implementado apenas com um ônibus circular da USP ao Metrô (implementado apenas no dia 28 de Março de 2011); (b) o acesso via diferentes meios de transporte no *campus* e como esses meios de transporte se relacionaram, dando destaque para as bicicletas e ciclofaixas (ver figura 002); (c) falta de sinalização ou sinalização precária no *campus* e os problemas decorrentes disso; e (d) problemas gerais do trânsito e possibilidades de controlar o acesso de veículos e pessoas.



Figura 002 – Exemplo da relação com os ciclistas da USP: Charge publicada dia 31 de Agosto de 2011 no Jornal do Campus, edição 384 (disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2011/08/charge-384/>). Ela ilustra a reação de algumas pessoas aos ciclistas do *campus*. Há a prática de se jogar tachinhas nas ruas da Cidade universitária para desincentivar o uso dela pelos ciclistas. Charge feita por Carolina Linhares e Renata Massami Hirota.

Os pontos específicos quanto à permanência e acesso efetivo da comunidade uspiana, tiveram as seguintes discussões: (a) problemas com falta de vagas nos alojamentos e falta de infraestrutura dos mesmos, o que teria levado a ocupação da Coseas em Abril; (b) sobre o INCLUSP, o programa de inclusão social

da USP, pois houve uma queda no número de alunos de escola pública na Universidade; (c) houve uma breve retomada a questão da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), devido ao primeiro curso a distância desta entidade ligada a USP ter começado em 23 de Março, sendo que era o curso de licenciatura em Ciências; (d) críticas em torno da burocracia para os alunos cursarem disciplinas optativas em outras Unidades; (e) sobre o programa USP na terceira idade, que careceu de divulgação; e (f) sobre o uso das carteirinhas USP para substituir os tickets no Bandejão⁵⁹.

Ainda em 2010, a reitoria Rodas atuou na realização de reformas e manutenções. Quanto a isso, ocorreram as seguintes discussões: (a) reforma e mudança de órgãos da Antiga reitoria, o que provocou vários conflitos entre funcionários e reitoria; (b) sobre o Centro de Práticas Esportivas (CEPE), diversas discussões foram feitas sobre a necessidade de reformas, mas que só se concretizariam devido ao projeto de usar o Centro como local de treino para as Olimpíadas; (c) sobre a possibilidade de construir um novo prédio para a Escola de Comunicação e Artes (ECA); (d) a atenção dada para concluir a construção da Biblioteca Brasiliana⁶⁰ e a reforma da Biblioteca da Faculdade de Educação; e (e) o anuncio da demolição de todos os barracões.

Em 2011, destacaram-se alguns acontecimentos que merecem ser aqui relatados. Em especial, ocorreram: (a) o assassinato do estudante Felipe Ramos de Paiva da Faculdade de Economia e Administração (FEA) em 18 de Maio; (b) a batida policial na FFLCH, que culminou na ocupação da Administração da FFLCH e depois na ocupação da reitoria; (c) greve das terceirizadas; e (d) infarto de um funcionário da Universidade, Benedito Conceição Filho, no CEPE.

Até a data da morte do estudante, os temas centrais na Universidade continuavam os mesmos. Inclusive, dia 23 de Março de 2011, a ocupação “Moradia Retomada” completou um ano e alguns debates sobre o assunto aconteceram. Cabe destacar que a reintegração de posse do local só aconteceu em 19 de Fevereiro de 2012.

Também foi nesse mês que o funcionário do Instituto de Física Benedito

59 Nome dado ao restaurante universitário.

60 Ver:<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2010/08/biblioteca-das-obras-raras-das-obras-atrasadas/> (Último acesso: 08\11\2014).

Conceição Filho morreu de infarto. Benedito começou a ter o ataque cardíaco no meio de uma partida de futebol no CEPE e ele só pode ser socorrido porque havia uma ambulância de um evento por perto. Esse fato gerou debate, pois o Hospital Universitário não possuía ambulâncias.

Porém, a partir de Maio, com a morte do estudante Felipe Ramos de Paiva, a questão da segurança no *campus* e a restrição do acesso ganharam muito destaque. O estudante foi morto a tiros em uma tentativa de assalto no estacionamento da FEA, que fica perto do local onde estão localizados os bancos da Cidade Universitária, que é conhecido como Praça dos Bancos.

Em decorrência disso, iniciou-se um forte debate sobre como deveria se dar a segurança na USP. Havia duas linhas principais: (i) a primeira defendia centralmente a entrada da polícia militar (PM) no *campus*, maior controle de acesso (através, por exemplo, da instalação de catracas) e maior iluminação; e (ii) a segunda que centralmente se opunha a polícia militar no *campus* e defendia a melhora da infraestrutura da Universidade de modo geral, bem como melhor treinamento da Guarda Universitária. A linha vitoriosa, defendida inclusive pelo Reitor, foi a primeira.

A presença da polícia no *campus* culminou em outro episódio marcante: no dia 27 de Outubro, três estudantes foram reprimidos pela PM no estacionamento do prédio de História e Geografia por portarem maconha. Isso gerou uma comoção entre os estudantes que acabaram ocupando primeiro a Administração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e depois de desocupá-la, foram para o prédio da reitoria da Universidade.

Cabe destacar que a decisão de desocupar a Administração se deu em uma assembleia e que um grupo dissidente saiu da Administração e ocupou a reitoria. Isso gerou uma cisão muito grande dentro do movimento, que já estava sofrendo grande pressão externa. Inclusive, no dia 8 de Novembro houve a reintegração de posse da reitoria com um contingente militar enorme, que causou espanto até mesmo em algumas pessoas que apoiavam a PM no *campus*. As consequências desse fato se estenderam para 2012.

2.4 Análise qualitativa do momento dois: de 2012 a 2013

Foi em 2012, logo em Março, que o fim da greve de 2011 foi votado. Também foi nesse ano que o Movimento Estudantil se colocou na defensiva, pois a reitoria instalou uma série de sindicâncias e abriu processos contra várias pessoas que atuaram tanto na Greve de 2011, quanto na chamada “Moradia Retomada”. No primeiro caso, por exemplo, os estudantes foram acusados de formação de quadrilha, depredação do patrimônio público e crimes ambientais. No segundo caso, por exemplo, os estudantes foram acusados também de danos e desaparecimento de patrimônio público.

No meio desse debate, alguns temas passaram sem tanta discussão da comunidade uspiana, como: (A) o novo regimento da Pós-Graduação discutido em Março, que dentre outras mudanças, diminuiu o tempo de permanência no mestrado e no doutorado; ou (B) com a implementação do bilhete único exclusivo para alunos, funcionários e professores da USP, o BUSP, os funcionários terceirizados e algumas pessoas ligadas a Escola de Aplicação da USP reclamaram do sistema por não terem sido contemplados por ele (ver figura 003).



Figura 003 – Exemplo dos problemas do BUSP: Esta charge foi publicada dia 28 de Março de 2012 na edição 390 do Jornal do Campus e foi feita por Luiz Ferrarezzi (disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2012/03/charges-390/>). Ela ilustra as pessoas não podendo acessar a USP porque não tem o BUSP. É nessa edição do Jornal que os problemas de acesso da Escola de Aplicação e dos terceirizados são levantados.

Além disso, houve destaque para os seguintes assuntos em 2012: (a) problemas com o projeto de iluminação do *campus*, que não iluminava alguns espaços importantes como a Rua do Matão, e que tiveram problemas nos processos de licitação; (b) debates em torno da criação de uma Comissão da Verdade da USP, com o intuito de analisar como a repressão atuou na USP durante a ditadura militar; e (c) debates mais incisivos em torno do Núcleo de Consciência Negra (NCN), pois este fica na área dos barracões da Faculdade de Economia e Administração (FEA), que deveriam ser demolidos até o final de 2013 (ver figura 004).

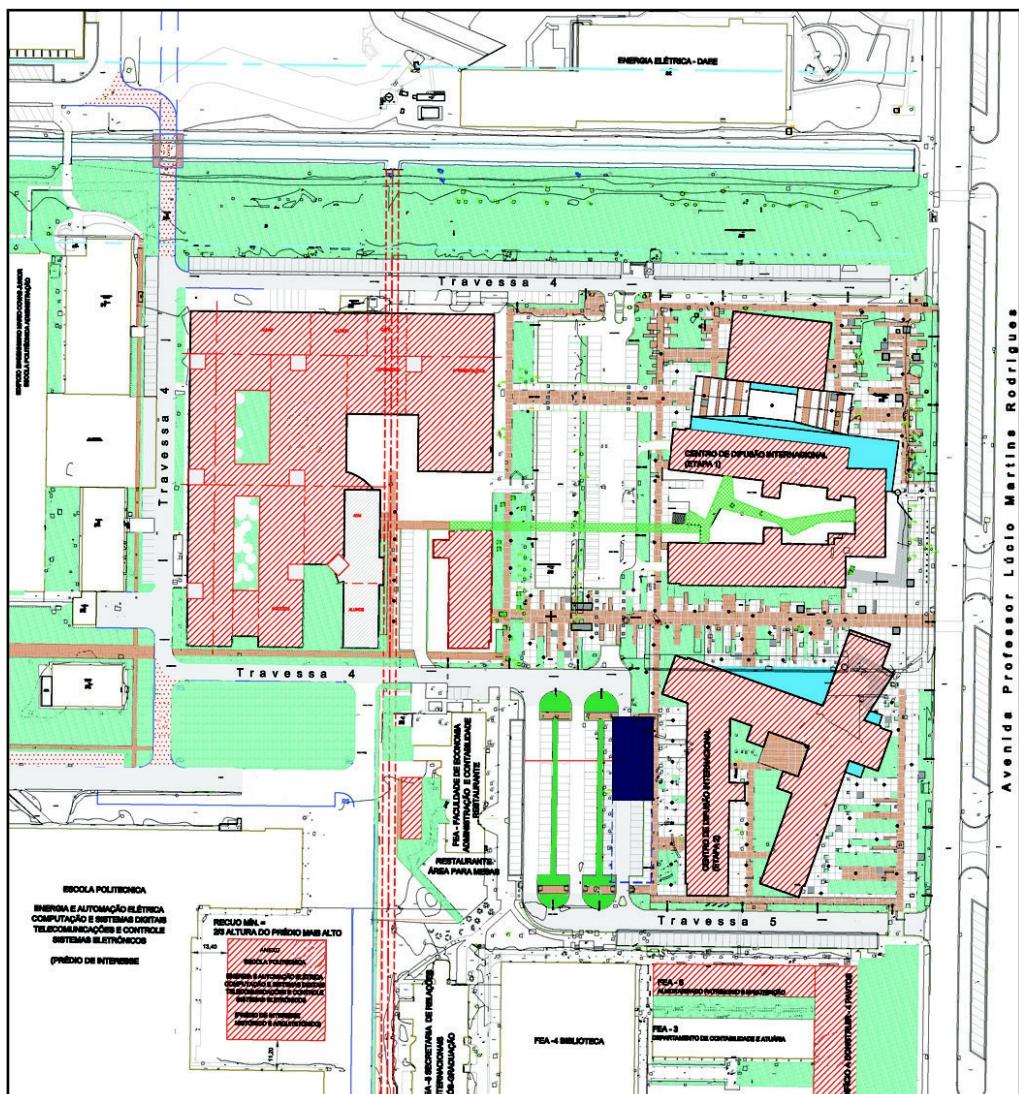


Figura 004 – Exemplo dos problemas de disputa entre o Núcleo de Consciência Negra e a USP:
 Planta retirada do USP Destaques nº 50 de 20 de Janeiro de 2012 (Disponível em: <http://www.usp.br/imprensa/wp-content/uploads/USP-Destaques-n50.pdf>). Em roxo e hachurado está a área ocupada pelo Núcleo de Consciência Negra e em vermelho estão as construções previstas. Esta planta é emblemática, pois embora as discussões em torno do projeto de reutilização da área

dos barracões remonte a 2010, o projeto para a área só se tornou público e claro a partir da publicação desse esquema em 2012.

Em 2013, houve a aprovação do novo sistema de iluminação do *campus*. Esse projeto foi aprovado no terceiro edital, pois os outros dois foram suspensos por suspeita de irregularidades. Também houve críticas às mudanças das linhas de ônibus que circulavam pela Cidade Universitária. Embora essa mudança tenha ocorrido no final de 2012, ela só repercutiu com força em 2013. Três linhas pararam de circular por dentro da USP: (1) a 7725-10 Rio Pequeno – Metrô Vila Madalena; (2) a 107T – Tucuruvi; e (3) a 177P – Metro Santana. Isso acabou aumentando a lotação dos ônibus circulares Metro Butantã-USP, que já eram bem lotados (ver figura 005).

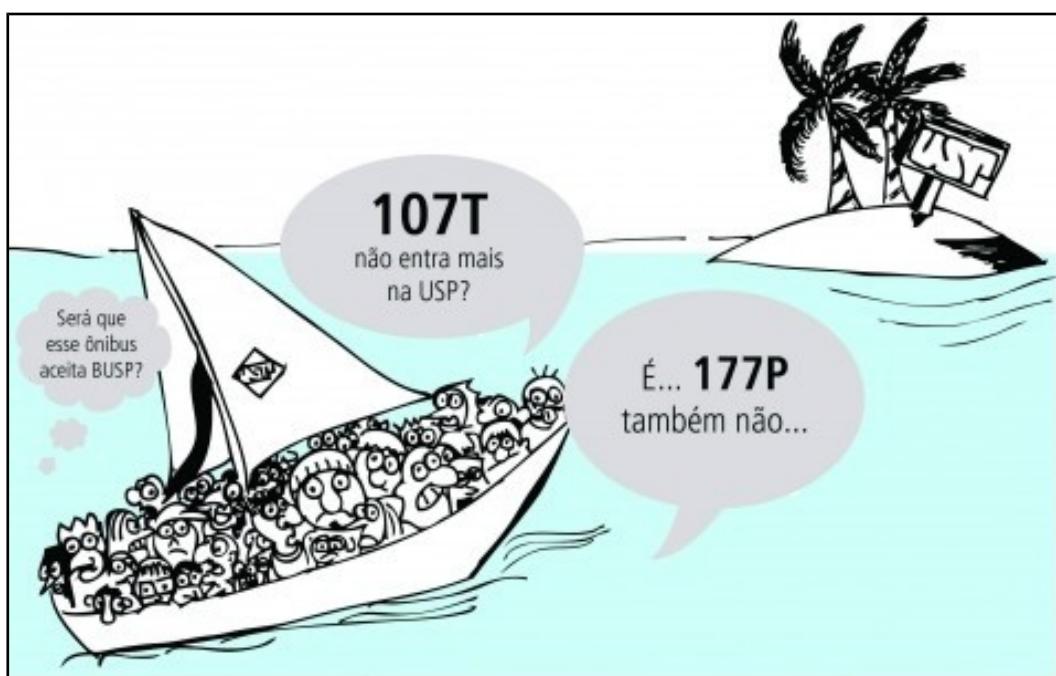


Figura 005 – Exemplo dos problemas de acesso com a mudança das linhas de ônibus: Charge publicada dia 30 de Novembro de 2010 na edição 404 do Jornal do Campus e feita por Carolina Moniz (disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2012/11/charge-404/>). Esta charge é da edição que o Jornal comunica a mudança das linhas de ônibus mencionadas no corpo do texto. Além da referência às linhas que deixaram de abranger a USP, a charge faz referência à lotação dos Circulares (o barco no desenho) e aos problemas de acesso à USP (representada pela ilha).

Não obstante, outros temas que se destacaram foram: (a) o fim dos processos aos estudantes, que além de interromper os processos em andamento, permitiu que os estudantes expulsos voltassem para a Universidade; (b) a questão do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP),

que foi lançado em 20 de Dezembro de 2012, pelo governador Geraldo Alckmin, mas desenvolvido pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp). Uma das polêmicas em torno do projeto era a necessidade dos alunos que vem de escolas públicas cursarem dois anos no Instituto Comunitário de Ensino Superior (ICES), que seria criado especificamente para o PIMESP, antes de entrarem nos cursos escolhidos; (c) a implementação da Comissão da Verdade de forma autoritária por parte da reitoria, uma vez que esta não respeitou e nem ouviu os pedidos dos grupos que pediam a criação da Comissão sobre a composição da mesma; e (d) em Setembro, a USP comunicou que participaria do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o que provocou debates, pois ela era a única instituição que não participava da prova.

Porém, foi a partir de 1º de Outubro que a Universidade voltou a discutir um tema geral: a Ocupação da reitoria e a demanda dos estudantes por eleição direta para reitor e democratização da Universidade, além de outras pautas. A Ocupação ocorreu no dia em que havia uma reunião do Conselho Universitário para discutir eleições diretas para o cargo de reitor e os estudantes não puderam participar. Concomitante à Ocupação, veio o indicativo de greve e a greve de fato. Cabe destacar que além da pauta de diretas para reitor, algumas pautas a respeito da permanência estudantil se destacam, como a devolução dos blocos K e L para moradia estudantil. Inicialmente esses blocos foram construídos para esse fim, mas foram ocupados por órgão da Universidade, como a COSEAS.

Capítulo 3 - A USP sob as percepções do genoespaço

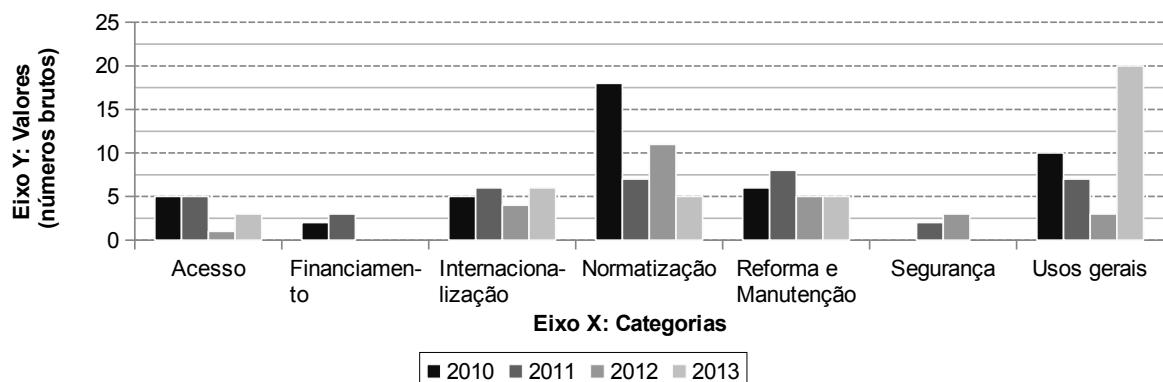
No estudo realizado, o “grupo” que se apresentou como mais resistente aos projetos institucionais foi o conjunto dos estudantes. No entanto, os estudantes não actuaram através de um organismo institucional formal, apesar da existência do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Na prática, os estudantes actuaram através de diversos grupos, organizados ou não organizados. Cada um deles possuía o próprio conjunto de interesses e mesmo a própria área de influência em termos espaciais.

O DCE apenas foi mais um desses grupos. Ele não atuou necessariamente conforme os interesses institucionais que deveria ter. Diante de tudo isso, se tornou impossível uma análise da política defendida pelos estudantes ou da “participação estudantil” em abstrato. A atuação desse segmento se deu mais de acordo com aquilo que Gomes denominou de genoespaço: agrupamentos da sociedade que ocupam efetivamente um espaço, estabelecendo suas próprias normas instáveis de vivência.

3.1 Análises quantitativas com base no Jornal do Campus

Nessa seção, serão apresentados os gráficos que servem de base para o debate de como foram recebidos os projetos e ações da reitoria pela comunidade. Uma análise quantitativa desse tipo de material permite captar alguns aspectos da leitura realizada de quais teriam sido as intenções da reitoria. Ainda, permite observar algumas das reações tomadas por parte dos estudantes. Pode-se até captar demandas pontuais que perpassaram diferentes períodos.

Gráfico 005: Reportagens relacionadas ao Nomoespaço (2010 a 2013).



Fonte: USP Destaques. Dados de Janeiro de 2010 a Dezembro de 2013. Elaboração: Letícia M. Vieira.

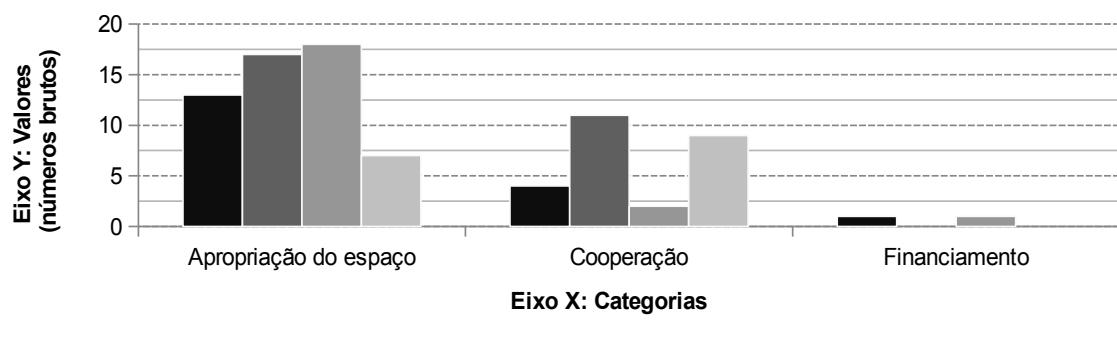
No gráfico acima (gráfico 005), temos as reportagens relacionadas ao nomoespaço. No eixo x temos as categorias nas quais as notícias foram classificadas e no eixo y temos seu valor bruto. Além disso, as colunas foram representadas por cor de acordo com o ano (de 2010 a 2013), e essas foram aglutinadas segundo o tema em que as reportagens foram classificadas.

Podemos perceber que em 2010 o Jornal publicou mais reportagens enfatizando a questão das normas. Em 2011, o assunto mais discutido foi em relação às reformas e manutenções e internacionalização. Em 2012, a questão da normatização voltou a ser central. Em 2013, houve mais enfoque nas atividades diversas (item usos gerais) que ocorreram no *campus*. É curioso perceber que as reportagens sobre segurança e financiamento foram as que menos apareceram.

Esse gráfico serve de indício que corrobora a elaboração do seguinte processo histórico: em 2010, Rodas assumiu como reitor e começou o processo de discussão de um projeto para a USP. Implementou normas mais simples, como a proibição de venda de bebidas alcoólicas nos *campi* e normas para a venda de alimentos. Seguiu a isso, em 2011, uma etapa de implementação dos projetos, em especial os de reforma física e internacionalização. Em 2012, houve o retorno do debate quanto ao impacto de algumas normas. Por fim, devido a uma mudança editorial no Jornal do Campus. O que ganhou destaque em 2013 foram os eventos promovidos na Universidade. Cabe destacar que o foco na questão do acesso (2010 e 2011) e da segurança (2011 e 2012) se deram por dois fatos específicos, que

foram respectivamente: a construção da estação de metro “Butantã” e a repercussão que o assassinato estudante da FEA teve.

Gráfico 006: Reportagens relacionadas ao Genoespaço (2010 a 2013).



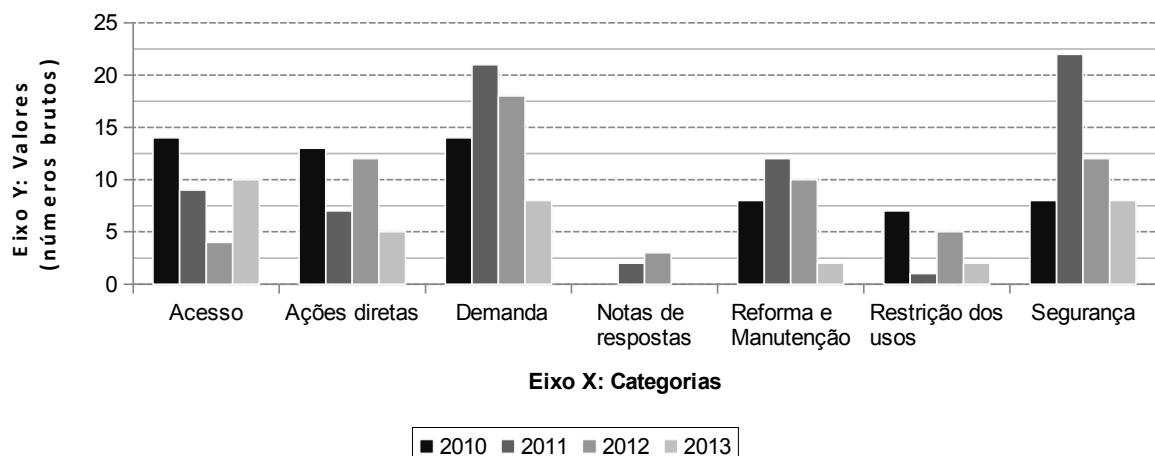
Fonte: USP Destaques. Dados de Janeiro de 2010 a Dezembro de 2013. Elaboração: Letícia M. Vieira.

No gráfico acima (gráfico 006), temos as reportagens relacionadas ao genoespaço. No eixo x estão os temas em que elas foram classificadas e no eixo y temos a quantidade de reportagens. Além disso, cada coluna representa um ano (de 2010 a 2013), sendo que elas foram aglutinadas segundo o tema.

Percebemos que há um número considerável de reportagens dando foco às apropriações do espaço pelos estudantes ao longo dos quatro anos em análise. Também percebemos que em 2011 e 2013 houve um número relevante de reportagens mostrando cooperação entre os genoespaços. Porém, como no gráfico anterior, a questão de financiamento é pouco discutida.

Essa dinâmica poderia ser explicada porque geralmente o que ganhou publicidade foram os eventos organizados por grupos específicos do movimento estudantil, em especial o centro acadêmico. Geralmente as atividades de cooperação entre os distintos grupos da Universidade e da sociedade envolveram atividades de cunho esportivo. O mais curioso é que as duas reportagens relacionadas a financiamento ao longo dos quatro anos analisados são da Atlética da USP, onde os membros da entidade reclamaram da falta de verba para inscrever seus atletas em competições.

Gráfico 007: Reportagens relacionadas à conflitos entre Genoespaço e Nomoespaço (2010 a 2013).



Fonte: USP Destaques. Dados de Janeiro de 2010 a Dezembro de 2013. Elaboração: Letícia M. Vieira.

No gráfico acima (gráfico 007), temos as reportagens relacionadas aos conflitos entre genoespaço e nomoespaço. No eixo x temos os temas em que elas foram classificadas e no eixo y temos a quantidade de reportagens. Além disso, cada coluna representa um ano (de 2010 a 2013), sendo que elas formam um grupo segundo o tema de classificação.

Percebemos que em 2010 três assuntos se destacaram como foco das discussões: o acesso, as ações diretas e as demandas. Porém, em 2011, o assunto que mais se destacou foi o da segurança, seguido pelas demandas. Em 2012, o grupo das demandas também se sobressaiu em quantidade de reportagens e foi o tema mais discutido. Porém, em 2013, houve uma mudança dos temas mais discutidos, que passaram a ser: ações diretas, segurança e as demandas. O aumento na cobertura das ações diretas se deu devido a greve estudantil no segundo semestre de 2013, onde quase se perdeu o semestre.

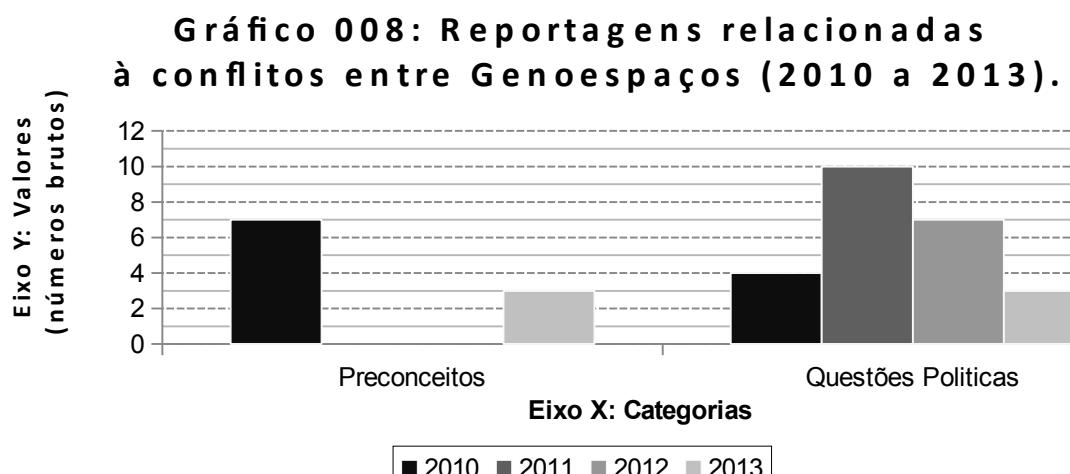
Em 2010, tanto o movimento estudantil, quanto o movimento de funcionários estavam mobilizados. Isso explicaria o grande número de reportagens relacionadas a ações diretas. É importante destacar que a principal ação dos estudantes em 2010 foi a ocupação do bloco do COSEAS, o que provocou a maior publicidade em relação à questão da permanência estudantil. Essa questão, junto com a interligação do metro, provocou o aumento dos debates sobre acesso.

Em 2011, houve o já citado caso do estudante da FEA. Soma-se a isso um

acidente que culminou com a morte de um funcionário no CEPE, talvez, porque não havia ambulâncias no Hospital Universitário, o que contribuiu para aumentar o debate em torno de segurança.

Isso provocou tanto os debates, quanto a ação dos estudantes de ocupar a reitoria, tendo como pauta central a polícia militar para fora do *campus*. O que podemos deduzir com base tanto no gráfico, quanto no contexto, é que a ação dos estudantes não ganhou tanta publicidade e ainda provocou um refluxo no movimento. Isso, pois em 2012 as ações diretas que aconteceram foram majoritariamente relacionadas aos processos que ocorreram em torno de quem ocupou a reitoria em 2011. Ou seja, foi um momento do movimento tentando se proteger, o que caracteriza uma derrota.

É curioso notar que foi dado muito mais destaque para a morte do estudante da FEA, do que para a do funcionário. Enquanto a morte do estudante foi um problema que envolveu a estrutura social como um todo, a morte do funcionário foi claramente uma falha institucional, pois a compra de ambulâncias para o HU só foi feita depois desse caso, que não foi o primeiro do gênero. Ainda, em meio a esse contexto, debates a respeito das mudanças no INCLUSP, no regimento da pós-graduação e quanto ao realocamento de funcionários devido a algumas reformas ficaram em segundo plano e ganharam pouca publicidade, apesar de serem estruturalmente relevantes.



Fonte: USP Destaques. Dados de Janeiro de 2010 a Dezembro de 2013. Elaboração: Letícia M. Vieira.

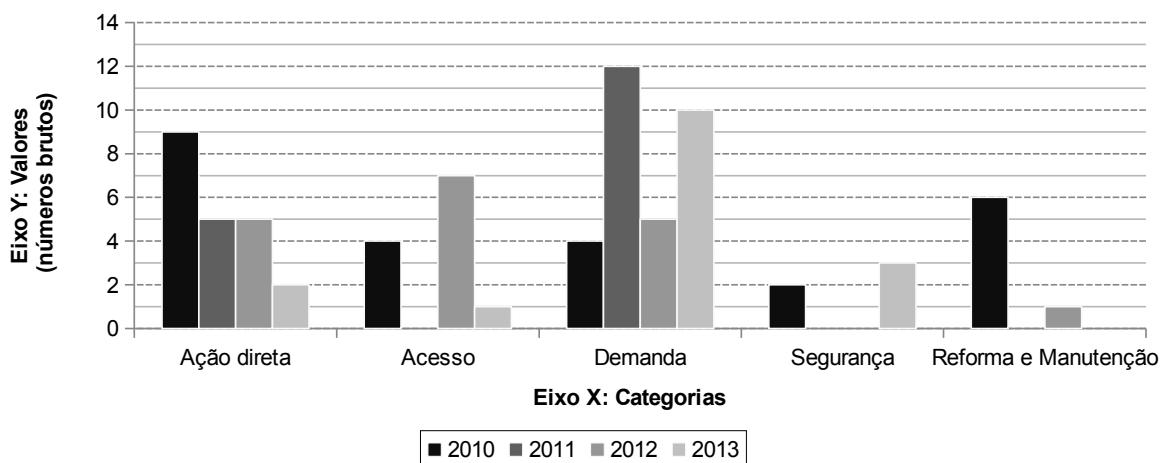
No gráfico acima (gráfico 008), temos as reportagens relacionadas aos conflitos entre genoespaços. No eixo x temos os temas em que elas foram classificadas e no eixo y temos a quantidade de reportagens. Além disso, cada coluna representa um ano (de 2010 a 2013), sendo que elas foram aglutinadas segundo o tema em que as reportagens foram classificadas.

Percebemos que as disputas relacionadas a questões políticas foram as mais noticiadas. Ainda, 2011 se destacou como o ano de maior número de reportagens sobre questões políticas. Por outro lado, as reportagens falando sobre problemas de preconceitos foram poucas e tiveram maior concentração em 2010.

É curioso notar que a concentração de reportagens sobre preconceitos em 2010 e 2013 coincide com os anos em que, por exemplo, movimentos de mulheres, negros(as) e de LGBTTs foram mais ativos dentro da Universidade. Além disso, a falta de publicidade nessa questão também se dá porque existiram alguns boatos, por exemplo, de estupros na Universidade. Mas ninguém apareceu para confirmar. No fundo, isso é um reflexo do que acontece em toda a sociedade.

Quanto às questões políticas, 2011 ganhou destaque justamente porque as vozes destoantes dentro do movimento estudantil ganharam importância devido ao debate sobre a polícia militar no *campus*. Ainda, houve problemas com a gestão eleita para o Amorcrusp, pois, em linhas gerais, ela não concordava com a Moradia Retomada.

Gráfico 009: Reportagens relacionadas à conflitos entre nomoespaço (2010 a 2013).



Fonte: USP Destaques. Dados de Janeiro de 2010 a Dezembro de 2013. Elaboração: Letícia M. Vieira.

No gráfico acima (gráfico 009), temos as reportagens relacionadas aos conflitos entre nomoespaços. No eixo x temos os temas em que elas foram classificadas e no eixo y temos a quantidade de reportagens. Além disso, cada coluna representa um ano (de 2010 a 2013), sendo que elas formam grupos segundo o tema em que as reportagens foram classificadas.

Percebemos que em 2010 o maior volume de notícias foi sobre ações diretas e demandas. Em 2011, as demandas foram o tema de maior destaque. Porém, em 2012 as notícias a respeito do acesso à Universidade e seus espaços foi o tema que mais se destacou. Em 2013, a questão das demandas voltou a ser central.

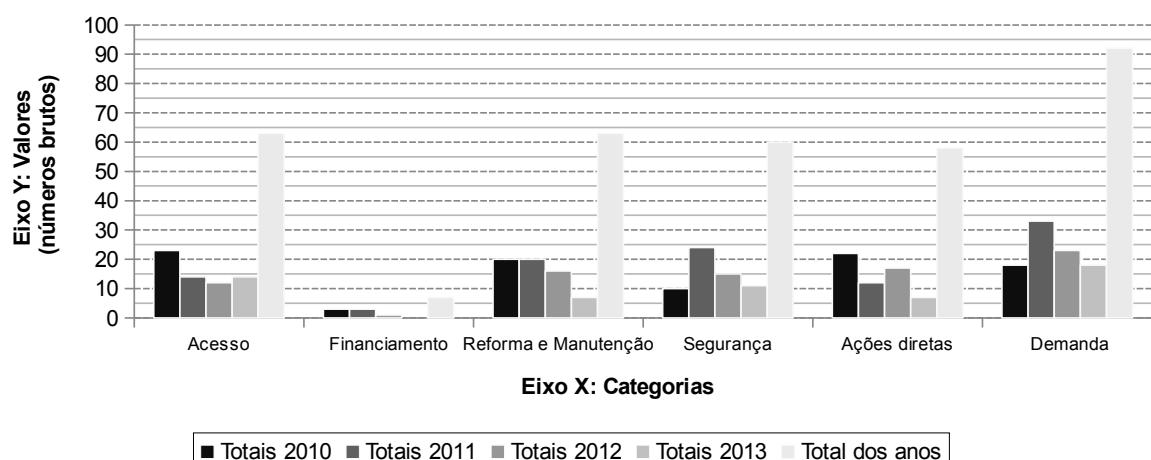
O maior número de reportagens foi daquelas ligadas às relações entre reitoria e funcionários, bem como reitoria com unidades ou discussões entre as unidades. Porém, houve reportagens esporádicas que envolveram a USP e outras instituições do Estado ou outras instituições que estão sob sua administração, como a Escola de Aplicação.

Assim, destacamos o item “ação direta”, que foi majoritariamente influenciado pela ação de funcionários. É evidente o movimento de queda na publicização de greves. Ainda, com base numa análise qualitativa, percebemos que depois de 2010, a maior parte das ações diretas divulgadas foi iniciada por funcionários de empresas terceirizadas. Inclusive, em 2012, houve algumas

reclamações dos funcionários terceirizados e da Escola de Aplicação em relação ao BUSP.

Também vale destacar que o alto número de reportagens sobre reformas e manutenção se deu devido às mudanças da reitoria e outras pequenas reformas. Isso também provocou certa insatisfação nos funcionários. Por fim, destacamos as ações diretas e demandas de órgão fora da Universidade. Um exemplo dessas foi a investigação do Ministério Público sobre a paridade entre estudantes, funcionários e docentes nos fóruns de decisão ou investigar as fundações da Universidade.

Gráfico 010: Totais de notícias do Jornal do Campus (2010 a 2013).



Fonte: USP Destaques. Dados de Janeiro de 2010 a Dezembro de 2013. Elaboração: Letícia M. Vieira.

No gráfico acima (gráfico 010), temos o total de reportagem para os temas que apareciam em dois ou mais grupos. No eixo x temos os temas em que elas foram classificadas e no eixo y temos a quantidade de reportagens. Além disso, cada coluna representa um ano (de 2010 a 2013), sendo que elas foram aglutinadas segundo o tema em que as reportagens foram classificadas. Ainda, há a coluna “total dos anos”. Ela é a soma de todas as reportagens de cada tema.

Percebemos que a partir de 2011 as notícias sobre demandas dos grupos ganharam destaque em relação aos outros temas. Tanto, que o total de notícias para este tema é disparadamente o maior. Por outro lado, há proximidade no valor total dos temas: (a) acesso e segurança; e (b) reforma e manutenção e ações diretas.

Entretanto, na distribuição anual houve especificidades. Já o tema do financiamento foi discutido em apenas oito reportagens ao longo dos quatro anos.

3.2 Algumas considerações sobre a organização dos estudantes

Antes de começar a descrever as linhas gerais do movimento estudantil durante a gestão Rodas, foi necessária uma pequena reflexão sobre seu funcionamento geral. Em teoria, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a instância que representa todos os estudantes. Seu nome institucional na USP é Diretório Central dos Estudantes Livre “Alexandre Vannucchi Leme” ou apenas DCE-USP. A cada ano é eleita uma gestão para esta entidade. Essa eleição é direta e majoritária, onde se vota em chapas. Geralmente as eleições são no fim do ano, mas podem mudar de acordo com a conjuntura. Via de regra, o DCE realiza reuniões semanais para, por exemplo, debater as situações dos cursos e montar atividades. Como essas reuniões são organizadas, depende da política da gestão eleita.

Além do DCE, há o Conselho dos Centros Acadêmicos (CCA). Em teoria ele deveria ocorrer uma vez por mês, mas na prática ele acontece com períodos de intervalos maiores. Ele também é uma instância deliberativa que pode ser convocada com a aprovação de 1/4 dos Centros Acadêmicos (CA). Nessa reunião, participam representantes dos Centros Acadêmicos de toda a USP, porém, cada CA tem direito a um voto. Cabe destacar que os Centros Acadêmicos (CA) são as entidades representativas dos estudantes, geralmente, por curso.

Acima desses dois fóruns de organização, estão: (a) Assembleias Estudantis Gerais ou apenas Assembleia Geral; e (b) Congresso dos estudantes. As Assembleias Gerais são chamadas pelo DCE, mas o pedido delas pode partir do DCE ou dos Centros Acadêmicos. Ela é uma instância deliberativa superior ao CCA e as reuniões do DCE. Nelas, cada estudante tem direito a voz e voto individuais. O que é aprovado nas Assembleias deve ser respeitado, mesmo que vá contra a vontade da gestão eleita.

Há também assembleias dos cursos, que podem ser chamadas

independentemente de haver ou não assembleia geral. As assembleias são sempre deliberativas e os posicionamentos dela independem da linha política da gestão eleita. Na prática, a dinâmica interna de cada assembleia costuma ser decidida no momento inicial desta. Ou seja, no início de cada assembleia determina-se o tempo de fala, se as falas serão de fato por indivíduo ou por grupo político e estudantes independentes⁶¹, entre outras coisas.

Já o Congresso dos Estudantes acontece a cada dois anos, podendo ser chamado de forma extraordinária. Ele deve ser convocado com, no mínimo, 45 dias de antecedência e é necessário determinar previamente os assuntos que serão abordados. Para participar do Congresso, é necessário ser eleito como delegado e é a Comissão Eleitoral do Congresso que decide como será realizada essa eleição. Nos últimos três Congressos (2008, 2010 e 2012), o modelo adotado foi similar ao descrito a seguir: a maior parte dos delegados é distribuída de acordo com o número de estudantes matriculados em cada Unidade, mas para ter acesso a esse total, a Unidade precisa atingir um *quorum* de votação. As unidades que não atingirem tem direito a um número proporcional a quantidade de votos realizados. As vagas não preenchidas são distribuídas proporcionalmente entre as Unidades que ultrapassaram a cota.

Ainda no âmbito de entidades estudantis, ainda existem as Associações Atléticas Acadêmicas (AAA). Em geral, cada faculdade possui sua Atlética. Cada uma pode se organizar como quiser, sendo que é comum haver eleições para a gestão. Atualmente, há a Liga das Atléticas da USP, que é a responsável, por exemplo, em organizar campeonatos no Centro de Práticas Esportivas da USP (CEPE). Para participar das reuniões, há representantes das Atléticas associadas, que também são escolhidos de modo diverso por cada entidade.

Além dessas instituições e instâncias, os estudantes se aglutinam em torno de grupos organizados, como partidos e coletivos. Esses são formados com o intuito de disputar os espaços do movimento estudantil ou de construir um projeto político comum. Por fim, há que se ponderar que os estudantes também se organizam em grupos fluidos, como por amizade ou para estudo. Na USP atuam coletivos de diversas linhas políticas e teóricas distintas, não sendo escopo desse trabalho defini-

61 No movimento estudantil, chama-se “estudante organizado” aquele que pertence a um grupo político, e “estudante independente” aquele que não pertence a qualquer agremiação.

las com precisão. Para fins desse trabalho, vamos abordar o genoespaço majoritariamente em sua relação de conflito com a reitoria (nomoespaço), sem detalhar as relações sociais internas do genoespaço.

3.3 Relação entre estudantes e reitoria no período um: de 2010 a 2011

Ao longo da gestão Rodas, foi possível perceber uma relação muito conflituosa entre estudantes e reitoria. Ainda, devido a uma série de benefícios que a reitoria cedeu aos funcionários, como aumentos salariais e reforma no plano de carreiras, houve uma separação entre funcionários e alunos. A tensão começou justamente no momento da eleição de João Grandino. Isso, pois sempre existiu uma crítica muito forte a como se dá a eleição para reitor e a escolha do segundo lugar só serviu para aumentar esses questionamentos.

Não obstante, logo que assumiu a reitoria, Rodas assinou um parecer feito pela consultoria jurídica da Universidade que abria a possibilidade de proibir a venda de bebidas alcoólicas nos *campi*. Os debates em torno dessa questão só se encerraram em Junho de 2011, quando se criou um regulamento para a realização de festas nos *campi*. Quando esse parecer foi chancelado, ele gerou grande repercussão entre os estudantes por interferir na vivência estudantil, mas o impacto maior foi no financiamento das entidades.

Quanto à vivência, é interessante destacar o que aconteceu na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFLCH). A diretoria, a cada festa não autorizada, manda um comunicado dizendo que uma festa não autorizada vai acontecer e assim se ausenta juridicamente de responsabilidades. Essa medida, entre os alunos, repercutiu de duas formas principais: (a) esses avisos são encarados de forma irônica, pois são considerados informes de onde tem festas; e (b) principalmente dentro da Atlética da FFLCH, esses informes passaram a ser vistos de forma negativa, pois alguns marcam a Atlética como organizadora dos eventos, quando na verdade ela não é. Além disso, é possível perceber uma quantidade menor de festas grandes.

Quanto à questão de financiamento, é notório que esse regulamento não

costuma ser respeitado por todos, principalmente porque ele implica em um custo que as entidades estudantis, em geral, não têm condições de arcar. Outro problema central, que não recebeu grande publicidade, é que a venda de bebidas em festas é a principal fonte de renda das entidades estudantis, principalmente das Atléticas. Isso acontece por dois motivos centrais. O primeiro é que a Universidade não fornece verbas para as atividades estudantis. O segundo é a falta de organização para ceder espaços aos estudantes, bem como outros instrumentos, como permitir o uso do ônibus da Universidade. Inclusive, este segundo motivo possui desdobramentos centrais dentro do Movimento Estudantil.

A percepção desses desdobramentos começa na diferença de financiamento entre os centros acadêmicos e as atléticas, onde a questão de domínio espacial é fundamental: normalmente, os espaços de vivência estudantil são cedidos para os centros acadêmicos. Dependendo do tamanho do espaço, eles podem ser alugados para diversos fins, sendo os mais comuns o aluguel para cantinas e para as xérox. Esse aluguel geralmente é feito sem a autorização formal da Universidade e é pago aos Centros Acadêmicos. Outras entidades e grupos estudantis, como a Atlética, a Bateria de cada curso ou coletivos diversos, podem usar livremente o espaço, mas não recebem o aluguel.

O resultado disso é que os Centros Acadêmicos recebem uma verba fixa e as outras entidades precisam arrumar outras formas de se financiar. Inclusive, elas podem pedir verba para o Centro Acadêmico, que pode aceitar ou não esse pedido. Como as Atléticas precisam de grande quantidade de dinheiro para manter, por exemplo, treinadores e inscrever os times nas competições, a forma de arrecadação de dinheiro mais frequente são as festas e principalmente as chamadas cervejadas⁶². Ainda, há um problema colateral disso: a disputa por dias para fazer as festas. Essa disputa tende a ser mais frequente nos prédios que estão as sedes das entidades. Porém, sempre há a possibilidade de cooperação.

Outro tema que ganhou destaque em 2010 foi a ocupação do Coseas pelos estudantes. Este fato também só teve desfecho em 2012, mas teve consequências ruins para o movimento estudantil. Porém, ao contrário da questão de financiamento,

62 As cervejadas são um momento onde há venda majoritariamente de cerveja. É comum que as Atléticas organizem cervejadas específicas para cada modalidade esportiva e os lucros sejam destinados a essa modalidade.

esta ganhou grande publicidade.

A ocupação ocorreu no dia 18 de Março, depois de uma assembleia da Associação de Moradores do Crusp (AmorCrusp). As reivindicações do movimento eram: (a) aumento de vagas para moradia estudantil, incluindo a devolução dos blocos K e L para este fim; (b) agilidade na conclusão das obras de um novo bloco de moradia; e (c) fim do serviço de vigilância sobre os moradores e das expulsões arbitrárias pela Coseas. Com uma característica muito clara de disputa pelo uso dos espaços da USP, esse fato suscitou diversos debates sobre acesso a Universidade e permanência estudantil.

Um terceiro grande tema que ganhou destaque entre 2010 e 2011, foi à ideia de: (a) derrubar a área dos barracões; e (b) derrubar a área do canil. Durante esse período, o assunto saiu do âmbito da especulação para a construção de um projeto, cuja consequência concreta apareceu apenas em 2012. Essas duas áreas se destacaram de todo o resto do projeto por serem áreas tanto de intenso uso estudantil com a finalidade de ser uma área de socialização informal, quanto por ser uma área dedicada ao estudo e a extensão através, por exemplo, das aulas dos cursinhos populares que eram ministradas nesse espaço ou de atividades culturais diversas que aconteciam. Um dos principais atores desse espaço era o Núcleo de Consciência Negra (NCN).

Os barracões ficavam⁶³ perto da biblioteca da Faculdade de Economia e Administração (FEA) e da Escola Politécnica. Foram construídos na década de 60 para comportar de forma temporária alguns cursos da Universidade, enquanto os prédios oficiais não ficavam prontos. Quando os cursos saíram, os prédios foram apropriados e passaram a ter outros usos.

Quanto ao Canil, ele se localizava no espaço conhecido pelos estudantes como “Prainha da ECA”. Em termos aproximados, ele é um espaço que compreende a área entre os prédios da ECA, a área dos bancos e a Antiga reitoria. Esse espaço foi projetado inicialmente para abrigar uma casa de máquinas, mas depois virou um canil. Quando o canil foi desativado, ele virou um espaço de encontro estudantil. Além de intervenções artísticas, lá aconteciam dois eventos importantes para a integração: Quinta i Breja e a FestECA.

63 No momento de elaboração desse relatório, apenas o barracão do NCN continuava em pé. Os demais já haviam sido demolidos.

Além desses três pontos, que repercutiram amplamente na comunidade USP, outros dois começavam a ganhar proporções, principalmente no primeiro semestre de 2011: (a) a questão da reforma do CEPE visando sua utilização como área de treinamento nas Olimpíadas de 2016; e (b) os indícios das consequências da reformulação do plano de carreira dos funcionários.

O primeiro tema estava mais circunscrito as Atléticas e se relacionava a questão da reforma do CEPE para os jogos Olímpicos. Essas entidades sempre reivindicaram reformas e ampliações no CEPE para ter melhores condições de treino. Entretanto, essas reivindicações eram sumariamente ignoradas. Com a intenção da USP de se tornar um lugar de recepção de treinos para os Jogos Olímpicos, vários planos de reforma começaram a ser cogitados, mas ainda assim sem abrir diálogo com as Atléticas.

O segundo tema demorou a ser entendido como tal pelo movimento estudantil e ainda assim ficou restrito aos grupos mais próximos de discussão dos Centros Acadêmicos e só apareceu de forma clara em 2013. Entretanto é esse o momento que o processo se iniciou: com as reformas da reitoria visando melhorar a carreira dos funcionários, estes ficaram satisfeitos e tanto o Sindicato dos trabalhadores da USP (SINTUSP), quanto a Associação dos Professores da USP (ADUSP) perderam sua base. O que, na prática, deixou os estudantes mais vulneráveis. Assim, a partir de 2011, apenas os funcionários terceirizados e os estudantes se mobilizaram em torno de ações diretas.

Nesse contexto, o debate sobre a terceirização começou a ganhar espaço nas pautas estudantis e, de forma secundaria, a questão das possíveis fraudes nas licitações também. Em especial, essa discussão teve como marco a greve dos funcionários terceirizados da empresa de limpeza BKM, em Outubro de 2011. Essa foi uma greve que atingiu apenas os prédios de responsabilidade dessa empresa, mas gerou grande repercussão: foram 15 dias de paralisação onde os prédios não foram limpos. Inclusive, em um ato, os funcionários terceirizados, junto com estudantes e membros do SINTUSP viraram as cestas de lixo, o que provocou grande debate e comoção. Dentro do movimento estudantil e principalmente nos prédios atingidos, isso causou uma cisão entre os que apoiavam o movimento e os que não apoiavam.

Por fim, destacamos novamente o evento que de fato provocou uma cisão no movimento estudantil: o assassinato do estudante da FEA e suas consequências. Em torno desse fato, foi construída a polarização dentro da Universidade entre: (a) os que apoiavam a presença da Polícia Militar no *campus*; e (b) os que eram contra a Polícia Militar no *campus*. Independente de qualquer debate que fosse proposto, essa questão sempre aparecia como central.

Em decorrência desse debate e da efetiva maior presença da polícia militar no *campus*, ocorreu outro fato com relevância política. No dia 27 de Outubro, dois alunos foram pegos no estacionamento do prédio de História e Geografia com maconha. Esse fato gerou uma movimentação na tentativa de evitar que eles fossem presos. Nesse mesmo dia, além do confronto no estacionamento, acabou-se ocupando a Administração da FFLCH.

Porém, no dia 1º de Novembro, houve uma assembleia que votou a desocupação da Administração. Entretanto, depois que terminou a referida assembleia, um grupo de estudantes, alegando que o fim desta fora um golpe, reabriu a mesma. Então, com um número já reduzido de estudantes, foi decidida a ocupação da reitoria. Esta durou até o dia 08 de Novembro de 2011, quando houve a reintegração de posse. É interessante destacar que o aparato militar causou muito espanto em todos: além da polícia militar, havia no local tropa de choque, cavalaria e helicópteros.

O desgaste político desse processo, aliado à insatisfação com o movimento já instalada desde o começo do ano, provocou um esvaziamento massivo do movimento. Essa crise se tornou ainda mais grave quando a reitoria começou a processar os estudantes tanto da Moradia Retomada, quanto da Ocupação da reitoria e Administração da FFLCH. Isso, pois até mesmo as pessoas mais ativas na construção do movimento se afastaram. Sem contar que, no decorrer de 2012, o movimento assumiu quase que uma pauta única: a defesa de seus processados.

3.4 Relação entre estudantes e reitoria no período dois: de 2012 a 2013

É interessante começar a reflexão em torno do fim da Greve de Novembro

de 2011. Durante o período de férias, a greve foi suspensa. Essa foi uma ação que nem colocou fim e nem manteve a greve. Assim, em Março de 2012, uma serie de Assembleias aconteceu para decidir o que fazer. Decidiu-se pelo fim da greve.

Em Abril, a reitoria abriu processos contra os estudantes envolvidos e identificados nas ações diretas de 2011. Em Maio, esses estudantes começaram a depor. O desfecho desse processo só aconteceu em 2013, com a absolvição dos estudantes. Então, de 2012 ao começo de 2013, a discussão em torno de atividades em prol dos processados foi uma discussão constante nos fóruns estudantis.

Cabe ressaltar, que ela demorou a ser aceita por todos e ela só atraiu o setor mais mobilizado dos estudantes. Entretanto, vários assuntos pontuais ao longo dos meses foram sendo debatidos em torno da questão da Segurança e da PM no Campus. São dois exemplos mais proeminentes: (a) o debate em torno de se colocar catracas nos prédios. Essa discussão ganhou peso na FEA, mas permeou todos os institutos através de discussões de formas de bloquear o acesso a não-estudantes; e (b) o debate em torno do novo sistema de iluminação, que foi pensado como uma ação a ser posta em prática junto com o maior policiamento do *campus*. Em essência, ela ganhou destaque pela demora a ser implantada, por não cobrir áreas que necessitavam e pelos problemas nos editais de licitação. O projeto só começou a ser posto em prática no primeiro semestre de 2013, quando houve a aprovação do 3º edital.

Nesse contexto, várias discussões não ganharam tanta publicidade quanto deveriam. Damos destaque para o novo regimento da Pós-Graduação que, dentre outras coisas, mudou o tempo limite da qualificação dos cursos de Mestrado e Doutorado. Sem qualificar, o aluno pode ser desligado do programa. Além disso, é interessante analisar o desfecho das reformas da reitoria, principalmente no que tange aos espaços que eram ocupados pelos estudantes, que foram mencionados na sessão anterior.

Quanto à área dos Barracões, é importante apontar que a primeira tentativa de demolí-los e, em especial, demolir o Núcleo de Consciência Negra, foi em 21 de Dezembro de 2011. Porém, foi apenas no USP Destaques de 20 de Janeiro de 2012, que foi apresentado aos estudantes o projeto para a área dos barracões, com a planta de onde será localizado o Centro de Difusão Internacional. Apesar das datas

coincidirem com as férias, houve uma mobilização para impedir a demolição. Tanto que, até Outubro de 2013, o barracão do NCN ainda estava de pé.

Já a área do Canil foi demolida em 23 de Dezembro de 2012 e provocou a revolta dos estudantes. Inclusive, todo o debate em torno da derrubada do Canil gerou um movimento muito interessante de apropriação desse espaço, corroborando com os usos que já eram realizados. Dentre as varias atividades que ocorreram no espaço em questão, se destaca o Festival do Cão. Sua primeira edição aconteceu entre 8, 9, e 10 de Novembro de 2011, quando havia apenas o projeto de demolição. Sua segunda edição (entre 3 e 7 de Junho de 2012) e sua terceira edição (entre 31 de Outubro e 14 de Novembro), aconteceram já com o Canil demolido, em um processo de reconstrução do espaço. Cabe destacar que esse movimento também reitera a ocupação dos estudantes em outros espaços.

Além desses debates, uma nova discussão que ganhou relativo destaque foi a que pedia a abertura de uma comissão da verdade para analisar como a repressão da Ditadura Militar atuou na USP. Os pedidos pela abertura dessa comissão aconteceram principalmente a partir do Segundo Semestre de 2012. Entretanto, a reitoria não compareceu nesses debates e quando criou uma Comissão, criou a revelia do movimento que contava com professores e estudantes.

Por fim, a discussão que mais repercutiu e voltou a gerar discussão no movimento estudantil como um todo foi a Greve de Outubro de 2013. O estopim da greve foi uma reunião do Conselho Universitário onde seriam discutidas mudanças relevantes no Estatuto da Universidade. Além do pedido dos estudantes conseguirem ao menos ver a reunião, havia uma proposta dos estudantes a ser votada no debate. Porém, essas propostas não foram aceitas.

Não é possível afirmar de antemão qual a força real da greve. Devido às mudanças conjunturais experimentadas no país a partir de Junho de 2013 (quando houve mobilização massiva da população em torno de pautas pouco elaboradas), o movimento estudantil parece ter adquirido respaldo para além de sua força real ou projeto que defende. Nesse sentido, sua força tem se dado não pela mobilização massiva dos estudantes, mas pela recusa moral dos contrários a greve a se opor ao movimento. Se poucos são favoráveis à greve, menos ainda são os que defenderiam a atual reitoria.

Capítulo 4: Considerações finais

Pelo exposto nessa monografia, observamos que a USP é um espaço público em disputa física e conceitual. Por essa característica, há dois aspectos sobre o conceito de espaço público que precisam ser problematizados: o debate e a ação. Este último, aparentemente, é um problema teórico que a Geografia precisa explorar mais.

Em geral, os estudos realizados tendem a tratar o debate sobre o espaço público como ideal ou a ação em abstrato, em seu sentido simbólico. Com os estudos de Don Michel e Gomes, nos foi possível apreender novos aspectos sobre o espaço público que é a USP.

A disputa que a reitoria realiza contra todos os demais grupos não institucionalizados da USP é desigual. Ela possui todo o aparato para impor a sua visão sobre o que é um espaço público e para tomar fisicamente os distintos locais do *campus* para a realização de seu projeto. No entanto, esses grupos, por serem numeroso e ativos, conseguem suscitar todo o tipo de debate. Assim, colocamos que nosso entendimento de espaço público é que ele é o espaço da disputas entre projetos. Essas disputas influenciam a sua configuração física e as práticas que são permitidas ou não, assim como a percepção sobre ele.

A análise dos dados empíricos apresentados ao longo dos capítulo 2 e 3 nos permitiu chegar a algumas conclusões, apesar de ainda serem fatos oriundos de uma situação ainda em desenvolvimento. O primeiro aspecto a ser ressaltado foi o projeto claro e consciente da reitoria, que ganhou possibilidade de acontecer devido ao momento orçamentário positivo. Assim, as mudanças espaciais que foram planejadas há algum tempo e que não ocorriam, foram finalmente postas em prática.

Elas tiveram como objetivo aumentar o prestígio internacional da USP através da construção do centro de difusão internacional que além de receber eventos e abrigar fundações, pretende ser o local de acolhimento para os estrangeiros que vem fazer intercâmbio. Busca-se, com isso, o reconhecimento internacional da universidade, e de seu quadro administrativo.

Houve também o simulacro de tentar atrair mais pessoas para a USP através do complexo de museus. Entretanto, esse esforço atrai um público

específico, que não é convidado a explorar o espaço universitário, uma vez que, pela análise dos projetos, podemos observar que o complexo de museus será totalmente independente do resto da Universidade. A publicidade que as exposições desse complexo irão receber, também é algo para refletirmos. Há a possibilidade, por exemplo, de acontecer o mesmo que acontece com atividades do CoralUSP ou do CINUSP: elas não são muito bem divulgadas tanto para a comunidade USP, quanto e ainda mais para quem está fora da Universidade.

Nesse contexto, as necessidades dos estudantes, como a melhoria das moradias e dos lugares de estudo, são deixadas de lado. Também são deixadas de lado as demandas das Faculdades, por exemplo, por salas para laboratórios e salas para professores. Dessa forma, as disputas por espaços dentro dos prédios das faculdades vêm se acirrando, por falta de estrutura. Evidentemente, são os espaços estudantis os primeiros a sofrer a pressão para ganhar um novo uso.

Outro fator de pressão sobre esses espaços estudantis intra-faculdades é a questão dos usos que são feitos. Como os espaços estudantis no âmbito geral da Universidade foram retirados ou estão em processo de disputa, os estudantes acabam ficando mais dentro das suas Unidades ou em Unidades que permitem a reunião. Assim, por exemplo, as festas e reuniões que antes aconteciam na Prainha da ECA, agora acontecem no vão do prédio da História e Geografia ou no vão da FAU, o que aumenta os problemas nesses locais.

Por conta disso, as mudanças na USP estariam sendo feitas em detrimento da dinâmica interna do genoespaço, em especial o estudantil. Isso, pois há a perda de sociabilidade entre os estudantes de diferentes cursos, porque os espaços de convívio geral estão sendo incorporados para outros usos. Há, também, um aumento dos confrontamentos entre estudantes e professores de seus cursos, uma vez que o maior uso dos prédios aumenta, por exemplo, a quantidade de sons do local em horário de aulas, principalmente as do noturno.

Como resposta, o genoespaço tentou reagir a esse projeto. No entanto, possuiu dificuldades estratégicas e de apoio entre os próprios alunos. Embora os estudantes pareçam perceber que sofrem ataques cotidianos, parecem não possuir clareza a que projeto esses ataques servem. Ainda, os estudantes não formam um genoespaço coeso, o que resulta em conflitos de interesses entre os diversos grupos

existentes. Daí a dificuldade de formular um contraprojeto. Deve-se considerar, também, que os estudantes se viram praticamente sozinhos na luta contra os projetos de Rodas. Abandonados à própria sorte, e sem projeto claro, se tornaram presa fácil.

Também com base no que foi apresentado, podemos interpretar que existe uma clara dimensão objetiva do espaço público. Para compreendê-la, não basta apenas um estudo morfológico. É necessário compreender os atores que atuam nesse espaço, como eles se relacionam e qual o resultado dessa relação. Esse resultado está presente em leis, normas e costumes que se constroem tanto pelo uso cotidiano, quanto por vias institucionais. Nesse contexto, o espaço público, como Michell deixa claro, é o espaço da disputa.

A luta pelo espaço público tomaria duplo caráter: ela se dá no plano abstrato (na disputa pela concepção do que é o espaço público em questão, e qual a finalidade dele), e no plano material (na luta social pela ocupação do espaço). Dessa interpretação, surge alguns apontamentos que podem servir para guiar um estudo sobre um espaço público. Ao se debruçar sobre o objeto de pesquisa, seria necessário identificar as forças que o disputam. Deve-se entender qual é a força que possui o poder normativo do espaço (caso haja), e quais são as forças que buscam se apropriar dele de acordo com seus interesses.

Ao compreender que todas relações possíveis dos grupos e entre os grupos são dinâmicas, podemos interpretar que cada grupo teria suas concepções políticas e isso nortearia sua atuação. Isso implica que eles teriam um projeto de espaço público e tenderiam a buscar colocá-lo em prática. Assim, o espaço público enquanto forma concreta seria o espaço da disputa dessas forças. Como tal, ele estaria sujeito a toda forma de apropriação, que pode ser pacífica ou não.

Disso pode-se deduzir que as proposições de Gomes acerca do nomoespaço e genoespaço podem servir ao estudo das formas que essas disputas se dão. Se compreendermos que o nomoespaço e genoespaço podem existir concomitantemente, e disputando entre si, esses conceitos adquirem potencial explicativo quanto as lutas sociais sobre espaços públicos. Essa forma de analisar pode ser usada de forma a permitir um entendimento mais amplo sobre a USP, que é o objeto dessa pesquisa.

A USP, enquanto espaço público, está sob a administração da reitoria e de um conjunto administrativo subordinado a essa instância. É a força que possui capacidade e intenção de constituir normas, regras, e leis sobre a USP. É também quem busca organizar o espaço segundo projetos logicamente justificados. Define-se, dessa forma, a reitoria e seu aparato burocrático como nomoespaço.

Os estudantes se apropriam de certos espaços, os ressignificado. Nesse processo, há um desejo de reconhecimento seja, por exemplo, para o uso de estudo, de prática de esportes, de festa, ou outros. Ainda, chamamos a atenção para o termo “apropriação” no sentido de Gomes, pois ela: “pode ser construída a partir de múltiplos veículos, imaginário, sentimentos, posse, propriedade, uso, sem que nenhum deles signifique sempre o exercício efetivo de um controle sobre os objetos e as práticas sociais que aí [no território] ocorrem.”⁶⁴. Por essa característica, os estudantes comportam-se como genoespaço.

Cabe ressaltar que eles não são um genoespaço coeso, que poderia marcar sua identidade como oposição ao nomoespaço (a reitoria), pois eles são vários genoespaços. Isso, pois eles se formam segundo critérios específicos, muitas vezes ligados a laços subjetivos, como afinidades de amizade ou algum interesse em comum, e é possível achar grupos que tenham os mesmos objetivos, mas eles não necessariamente são aliados. Como o foco de estudo deste trabalho é a relação da reitoria com os estudantes, é provável que as dinâmicas sociais e espaciais da organização tanto dos funcionários, quanto dos professores, não sejam estudadas com tanta profundidade, quanto à dos estudantes. O que não quer dizer que não haja menção a eles.

Então, a guisa de conclusão, colocamos que os interesses da reitoria e dos estudantes são divergentes, a depender do projeto defendido por cada um. Também é mediante esse projeto que se deram os diversos usos que, devido a diversos fatores, acabaram em conflito. Um caminho possível para diminuir esses conflitos seria um maior diálogo entre os grupos, afim de tentar conciliar os interesses divergentes.

64 GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A Condição Urbana – Ensaios de Geopolítica da cidade*. Bertrand Brasil, 2002. P.12

Referências

- ALMEIDA, Adriana Mortara. **Museus e Coleções Universitários: Por que Museus de Arte na Universidade de São Paulo?**. Tese de doutorado pela Escola de Comunicação e Artes (Ciência da Informação e Documentação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- BARROS, Lidia Almeida. “A toponímia oficial e espontânea na Cidade Universitária” in **Revista USP**, São Paulo, nº 56, p. 164-171. Dezembro\Fevereiro 2002\2003.
- BRAGA, Rhalf Magalhães. “O espaço geográfico: um esforço de definição” in **Geousp – Espaço e Tempo**, nº 22, ano 2007 (p. 65-72).
- CARLOS, Ana Fani A. **O espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- _____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARLOS, A. F. A. e CARRERAS, C. (orgs.) **Urbanização e mundialização: estudos sobre a Metrópole**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- CARNEIRO, Tatiane Rodrigues e GONÇALVES, Tiago Estevam. “Espaço público shopping center na cidade contemporânea: novo significados do North Shopping em Fortaleza\CE” in **Revista Geografares**, nº 10, Março de 2012 (p. 128-155).
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: editora Ática, 2000.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1992. 3ª Edição.
- DAMIANI, Amélia Luisa. **Espaço e geografia**. Observações de método. Elementos da obra de Henri Lefebvre e a geografia. Ensaio sobre geografia urbana a partir da metrópole de São Paulo. São Paulo: Livre Docêncie DG-FFLCH-USP, 2008.
- FARINHA, Ana Maria Antunes. **Coleção Yolanda Mohalyi – O moderno e o Contemporâneo no acervo do MAC USP**. Dissertação de Mestrado no programa de pós-graduação Interunidades em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- FERREIRA, Luzia Aparecida. **Ações culturais na Universidade de São Paulo e na Universidade de Buenos Aires: aspectos comparativos**. Dissertação de Mestrado no programa de pós-graduação em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

FERREIRA, Paulo Emilio Buarque Ferreira. **Apropriações do Espaço Urbano e as políticas de intervenção urbana e habitacional no centro de São Paulo.** Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP. São Paulo: 2007

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A Condição Urbana – Ensaios de Geopolítica da cidade.** Bertrand Brasil, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** Rio de Janeiro: Contexto, 2002.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública.** Tempo brasileiro, 1984 (traduzido por Flávio R. Kothe).

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro: Editora Loyola, 1992.

JACOBS, J. **The Life and Death of Great American Cities.** New York: Random House, 1961

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** Editora Moraes: São Paulo, 1991.

_____. **La production de l'espace**, 4^a édition. Paris : Anthropos, 2000.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade – lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

LOW, Setha M. **On the plaza: the politics of public space and culture.** University of Texas Press, 2000.

McCANN, Eugene J. "Race, protest and public space: contextualizing Lefebvre in the U.S. city" in **Antipode**, 1999 (p. 163-184).

MENDES Jr. **Espaços públicos de lazer: Globalização e instrumentalização do tempo livre na cidade de São Paulo.** Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

MITCHELL, Don. **The right to the city: social justice and the fight for public space.** London: Guilford Press, 2003.

MORTADA, Samir Perez. **Tempos da política: memórias de militantes estudantis do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.** Tese de Doutorado pelo Instituto de Psicologia (Psicologia Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

MOTOYAMA, Shozo (org.). **USP 70 anos: Imagens de uma História Viva.** São Paulo: Adusp, 2006.

RIBEIRO, Fabiana V. **A luta pelo espaço: da segurança da posse à política de regularização fundiária.** Tese de Doutorado em Geografia – Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Alice Nataraja Garcias. **Espaço público, imagem da cidade. Uma análise geográfica do filme de Eric Rohmer (“O signo do leão”, França, 1959).** Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/IGEO/PPGG, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço.** Edusp: São Paulo, 2006.

_____. **Da totalidade ao lugar.** Edusp: São Paulo, 2001.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Editora Contexto, 2011. 1ª edição, segunda reimpressão.

_____. “Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica” in **GEOUSP – Espaço e Tempo**, nº 15, São Paulo, 2004 (p. 21-37).

SMITH, Neil. E LOW, Setha (org.). **The politics of Public Space.** Nova Iorque: Taylor & Francis Group, 2006.

SOBARZO, Oscar. “A produção do espaço público: da dominação à apropriação” in **Geousp – Espaço e Tempo**, nº 19, São Paulo, 2006 (p. 93-111).

TREVISAN, Camila Orsi. **Uso e apropriação das praças públicas na metrópole de São Paulo: do centro expandido à periferia.** Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

VALVERDE, Rodrigo R.H.F. **A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca.** Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/IGEO/PPGG, 2007.

_____. “Corporidade e multiterritorialidade na geografia cultural: além da dominação, da resistência e da tradição” in **Revista do Departamento de Geografia USP**, nº 30 ano 2012 (p. 4-25).

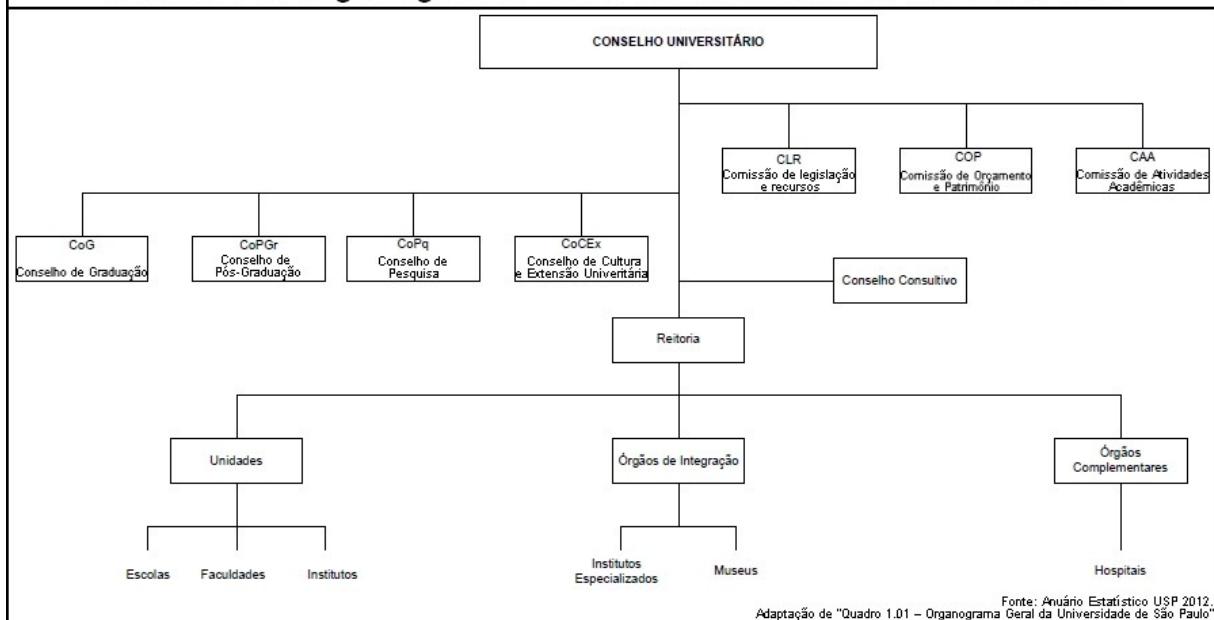
_____. “Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade” in **GEOUSP – Espaço e tempo**, nº 15, ano 2004 (p. 119-126).

Sítios eletrônicos consultados

- <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/225246/decreto-6283-34-sao-paulo-sp>
- <http://www5.usp.br/institucional/a-usp/historia/linha-do-tempo/>
- http://www.puspc.usp.br/?page_id=31
- http://www.puspc.usp.br/?page_id=65
- <https://uspdigital.usp.br/anuario/>
- <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,serra-escolhe-2-da-lista-triplice-para-reitor-da-usp,465898,0.htm>
- <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2010/08/biblioteca-das-obras-raras-das-obrastrazadas/>

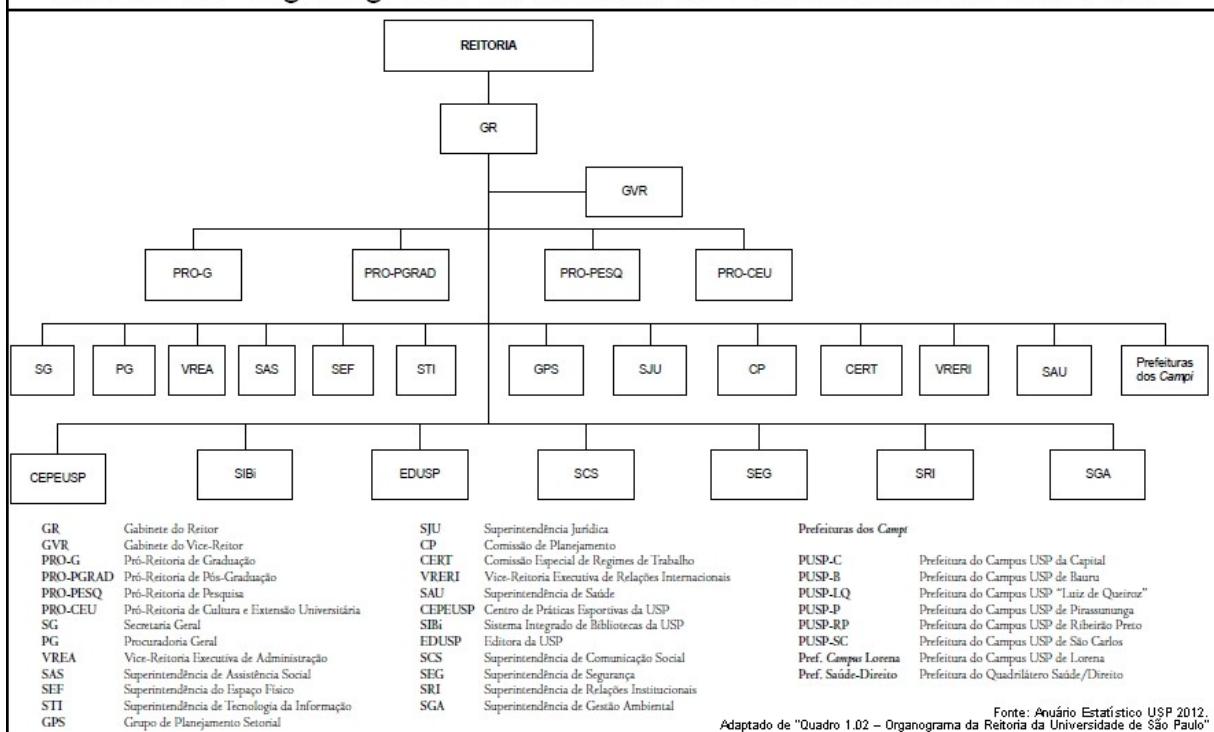
Anexo 001: Organograma Geral da Universidade de São Paulo

Quadro 1a: Organograma Geral da Universidade de São Paulo



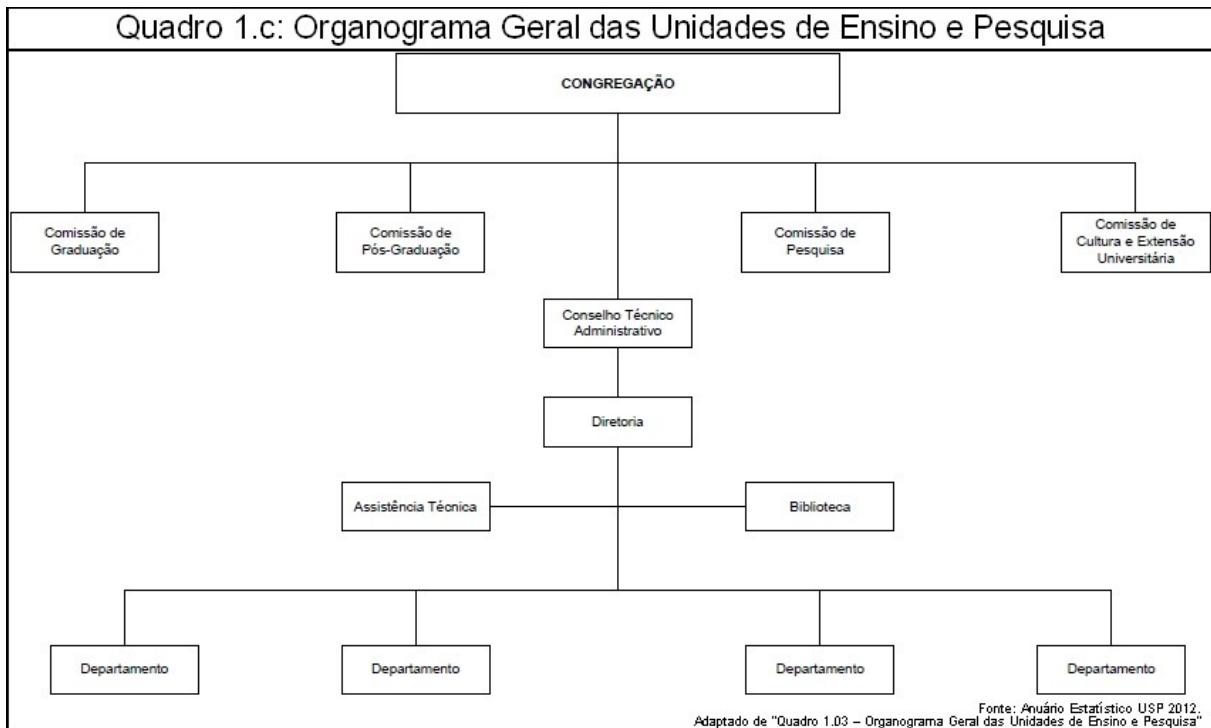
Anexo 002: Organograma da reitoria da USP

Quadro 1b: Organograma da Reitoria da Universidade de São Paulo.



Anexo 003: Organograma Geral das Unidades de Ensino e Pesquisa

Quadro 1.c: Organograma Geral das Unidades de Ensino e Pesquisa



Fonte: Anuário Estatístico USP 2012.
Adaptado de "Quadro 1.03 – Organograma Geral das Unidades de Ensino e Pesquisa"